



AUDIÊNCIA PÚBLICA – DITADURA MILITAR NO NORTE DE MINAS: MEMÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS

Interlocutor: Robson Sávio Reis Souza.

Data: 07 de junho de 2017.

CLÁUDIO PRATES: Senhoras e senhores boa tarde. Daremos início ao nosso evento. Meu nome é Cláudio Prates, sou Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, e quero em nome da Câmara dar boas vindas a todos e dizer que a Câmara se sente honrado de acolher esse importante evento que traz a discussão e traz de certa forma o Estado de Minas Gerais para aqui não é? Na medida em que o nosso secretário Nilmário Miranda, ele se faz presente juntamente com outras autoridades. Então quero em nome da Câmara de Montes Claros, do povo de Montes Claros que essa Casa representa, desejar as boas vindas a todos que aqui se fazem presentes e convidar nosso amigo Robson que possa dar sequência no convite da composição da mesa dos trabalhos. Sejam bem vindos.

ROBSON SÁVIO: Uma boa tarde para todos e todas. Queria convidar o Presidente da Câmara, Vereador Carlos Prates para compor a mesa conosco. Cláudio Prates, desculpa. Também o secretário de Direitos Humanos e Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda. E o Subsecretário de Direitos Humanos, promoção de direitos humanos, Doutor José Francisco da Silva. O senhor vereador Aldair Fagundes, que foi o nosso cicerone aqui nessa Casa. Gostaria de convidá-lo também. Bom, então sejam todas e todos bem-vindos para essa audiência pública da Comissão da Verdade de Minas Gerais. O meu nome é Robson Sávio, eu sou coordenador dessa comissão aqui no Estado e a nossa audiência pública de hoje ela é intitulada Ditadura Militar no Norte de Minas, memória de lutas e resistências camponesas. Eu informo também que essa audiência pública além de estar sendo transmitida pela Tv Câmara aqui, com a deferência do Senhor Presidente e dos vereadores, ela também está sendo transmitida pela Mídia Ninja para todo o Brasil e o mundo não é? Levando aqui um pouco da nossa discussão para outros companheiros espalhados por esse país. É, para dar início aos nossos trabalhos, eu gostaria então dado que o Senhor Presidente já fez a saudação inicial, passar a palavra para o Secretário de Direitos Humanos Nilmário Miranda para as suas considerações iniciais.



NILMÁRIO MIRANDA: Boa tarde a todas, a todos. Queridos amigos Cláudio Prates e Aldair Fagundes. Ao secretário José Francisco e ao Presidente e Coordenador da Comissão da Verdade, Professor Robson Sávio. Também aqui está Melissa Lassar não é Márcia? Que é da Comissão da Verdade, funcionários, assessores da nossa comissão. E todos os convidados e entidades que aqui estão. Olha, a Comissão da Verdade Presidente Cláudio Prates, ela é decorrência de um trabalho que vem de alguns anos. Que a gente chama de reparação de direitos. Que nós tivemos uma longa ditadura no país, de 21 anos, contando os 02 anos de transição, são 23 anos praticamente e a nova Constituição estabeleceu que deveria fazer a reparação e a memória do período. A partir daí ter várias iniciativas. O Governo Federal instalou aprovado pelo Congresso Nacional em 95, uma comissão especial de mortos e desaparecidos políticos, foi a primeira iniciativa, depois da anistia de 79. E em 2001 instituiu uma comissão de anistia para toda sorte de reparação. Todos que tiveram prejuízo efetivo por perseguição política. Impedimentos de vínculos laborais, qualquer forma de perseguição. Depois em 2012 finalmente não é? Aprovado pelo Congresso Nacional, a instituição da Comissão Nacional da Verdade e que funcionou por 02 até produzir um relatório, etc. Aliás foi uma cerimônia muito bonita, instalação da Comissão Nacional da Verdade teve todos os presidentes pós-ditadura vivos. Estavam lá presentes no lançamento da Comissão da Verdade e a partir daí em vários estados, municípios, foram constituídas e universidades comissões da verdade. Para completar o trabalho da comissão nacional, como complementar. E nesse sentido, em Minas foi aprovado pela Assembleia a instituição da Comissão da Verdade no Governo anterior de Antônio Anastasia, a comissão foi instituída efetivamente. Não é uma comissão do Governo, nem do Governador Anastasia, nem do Governo Pimentel. É do Estado de Minas Gerais. Ela não é subordinada a nenhum Governo. O Governo, a Secretaria de Direitos Humanos a que eu tenho a honra de ser o titular, ela abriga e dá respaldo à Comissão da Verdade. ela tem autonomia. Importante as pessoas saberem também que são pessoas que não tem salário, remuneração de nenhuma espécie. Eles viajam esse Estado todo, trabalham há anos aí. Se dedicam muito, a bem do serviço público. E para nós, é um objetivo fundamental, para um país, para um Estado, para estabelecer sua identidade, no caso do Brasil seu projeto de nação. É ter um compromisso com a história verdadeira, que levou a isso. não se pode ocultar das novas gerações o que aconteceu em gerações passadas. E uma ditadura ela durou de uma forma nefasta sobre variadas áreas do país e dos estados, inclusive Minas Gerais. Então hoje aqui mais uma, eles vão dizer aí, vão colocar, eles fazem essas

audiências em vários lugares e procuram sempre, acho impositivo da comissão, fazer esse ambiente como a Câmara de Vereadores, que é um local público. É uma casa do povo, casa do povo. Assim também é feita em algumas Universidades mas também é bom fazer numa casa do povo, como é a Câmara e tem que ter essa tradição de Montes Claros não é? Então vim cá hoje também representando o Governador e nossa própria Secretaria, é que abriga com muita honra a Comissão da Verdade, para dizer que tem o nosso integral apoio. Não é? Essa comissão está fazendo levantamento, com os recursos que tem, tem que ter apoio de muitas instituições. Não é uma tarefa fácil levantar dados do passado. Não é? Muitas informações não estão registradas ou não foram sistematizadas. Então é um trabalho de descoberta não é? E que eles vem fazendo com impressionante dedicação e competência não é? Então eu queria em nome do Governador também, assim como nós acolhemos a Comissão da Verdade, também agradecer à Câmara através dos vereadores Cláudio e Aldair, o apoio que deram e estão dando à Comissão da Verdade de Minas Gerais, que é uma causa nobre não é? A única maneira de impedir que os absurdos que aconteceram naquele período voltem, é torná-lo ao conhecimento público. E as novas gerações, geração atual conhecer essa história, que é dessa maneira, se conhecer, se evita a repetição. Consolidar a própria democracia. Só acredito em democracia também que construída em cima da verdade, revelada toda a memória, não esconder. Nenhum país é grande se esconde também sua verdadeira história. Seja ela qual for. E a história de todo Estado, de todo país é assim. Tem momentos que a gente tem um profundo orgulho não é? Mas tem também seus momentos, como é o caso de uma ditadura, de opressão, de injustiça, de perseguições e nós não queremos isso nunca mais para o nosso Estado não é? Essa é a opinião do próprio Governador, não sei se todo mundo sabe. Mas o próprio Governador passou 04 anos de sua vida nos cárceres da ditadura não é? Ele foi, eu também tive um período, 02 períodos durante a ditadura de prisões e a gente conta isso não é para ficar remexendo em, alimentando ressentimentos, um tipo de revanchismo. Nada disso. É para as novas gerações, para a geração atual. Incorporar como um direito tão importante quanto os outros que estão assegurados na ordem jurídica da nossa Constituição, é também a busca da memória e da verdade que é um direito essencial, direito que cada um tem de conhecer e eu espero que no tempo certo, seja incorporado na base curricular, se for contar a história de Montes Claros, do Norte de Minas, se conte o que foi apurado, Aldair, de tudo que for apurado em todos os lugares. Então essa comissão tem o nosso absoluto e integral apoio, para realizar a sua missão que é uma missão distinta e nobre para o

povo mineiro. Para o seu projeto de identidade no Estado tão importante para o país como é Minas Gerais. Obrigado e bom trabalho.

ROBSON SÁVIO: Muito obrigado. Ah, pois não, o Vereador Cláudio Prates está pedindo para registrar a presença do Presidente da Câmara de Janaúba, não é isso? Vereador Aauri. Muito obrigado vereador pela presença, muito obrigado. É, O Deputado Nilmário, o Secretário Nilmário é um dos, uma das personagens mas conhecidos em todo o mundo pela luta digamos assim, de todo esse campo que tem a ver com a memória, com a verdade, com o reconhecimento dessa história que muitas vezes é negada. Então também para nós de Minas Gerais, ter uma pessoa que tem esse reconhecimento internacional, como secretário de direitos humanos, também eu acho vereador, que é uma grande honra não é? O Nilmário por exemplo, ele foi, digamos assim, o criador da 1ª comissão de direitos humanos da Câmara Federal não é? Foi muito atuante na comissão de anistia. Tem um histórico não é? Reconhecido dessa luta, então certamente para nós é, reforça muito o nosso trabalho, também aumenta a nossa responsabilidade. Muito obrigado Nilmário. Quero passar a palavra então para as considerações iniciais, para o Doutor José Francisco da Silva, que é o Subsecretário de Promoção dos Direitos Humanos de Minas Gerais.

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA: Boa tarde a todos e todas. Meu nome é José Francisco, eu ocupo a Subsecretaria de Promoção e Defesa de Direitos a convite do Secretário **NILMÁRIO MIRANDA**. Digamos assim uma convocação para esse espaço, esse lugar e faço com muita vontade, com muito amor, com muito coração. Gosto dessa pauta, verdadeiramente eu até brinco. Aonde é que você está? Eu voltei para a cachaça, que é o direitos humanos que é algo que a gente entra e já não tem mais saída, é pra sempre. E ocupando uma pasta que ela começa a colocar as suas marcas. É muito recente a secretaria, 02 anos não é? Que ela tem de vida e para minha ainda satisfação maior, a diretoria de memória ela está vinculada a essa Subsecretaria de Promoção e Defesa. Esse momento aqui, essa tarde aqui, ela é um esforço muito grande. É, por incrível que pareça, aparentemente algo muito simples de se encontrar em uma tarde, a Comissão da Verdade. mas foi um esforço muito grande da comissão, da Secretaria, da Câmara Municipal e de muitas organizações aqui da nossa região não é? Porque todos a sair, a buscar as pessoas e nós sabemos como as coisas funcionam aqui no nosso sertão. Ele é diferenciado. É diferenciado no seu modo. É diferenciado da sua locomoção não é? Que muitas vezes vai de encontro não é? No setor da diferença de como as coisas são

previstas na burocracia do Estado. Então isso é muito interessante e esse esforço das pessoas, que ainda assim, fazem esse esforço, e aqui estão. Me parece que todas as pessoas convidadas e previstas para estar conosco nesta tarde aqui, aqui compareceram. Para mim ainda tem um gosto especial, além de tudo que será dito aqui por essas pessoas e vivenciados fatos da época, dos anos 60, 70, 80, tem um gosto particular. A minha verdadeira vida profissional, eu considero que ela começou aqui, nesse sertão. É Montes Claros e região, por muito andei aqui, construí nessas andanças muitos amigos, grandes amigos, que muitos deles estão aqui nessa sala. Que muitos deles estão aqui nessa sala, aqui nessa tarde. Isso me conforta muito, me dá um gosto realmente especial. E se algo não é? Nós sabemos que ali a região de, em relação à luta do homem do campo, do trabalhador rural. Sabemos muito bem que daquela região ali que vai de Valadares a Teófilo Otoni teve um peso forte, tanto e quanto aqui nessa região. Não é? E algo a particularmente eu pude vivenciar enquanto aí um jovem trabalhador da saúde, que para aqui veio em 76, aqui já encontrei uma pessoa que está na plateia ali, o Léo Silveira, organizando capacitação, treinamento para formar auxiliares de saúde. Que a gente ia selecionar nas zonas rurais, nos municípios e ali a gente travava conhecimento e contatos com os sindicatos que ainda existiam e que começavam a se formar. Não é? Então eu não vou fazer citações maiores, porque essas pessoas terão aqui oportunidade de falar. Elas vão ser citadas aqui porque muitas delas terão a palavra. Mas eu só quero registrar isso. esse saborzinho especial dessa sessão, dessa tarde de acontecer aqui no Norte de Minas, trazendo para registro o que se ocorreu aqui, imposto por um Governo de força por um regime autoritário dos anos 60, 70 e 80. Um bom trabalho, belos depoimentos, obrigado.

ROBSON SÁVIO: Bom, eu agradeço ao Doutor José Francisco e daqui a pouco eu vou fazer uma série de agradecimentos a parceiros locais, mas só vou me antecipar agradecendo a ele e a equipe da Subsecretaria de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, que foi fundamental pelo que o Doutor José Francisco nessa organização. Toda a equipe lá, a Mirela que é superintendente, a Vanuza, o Pedro e a equipe e obviamente secretário Nilmário, todos os demais órgãos da SEDPAC foram fundamentais. Muito obrigado a ambos pela parceria, está certo? Eu vou pedir também o Vereador Aldair que faça suas considerações. A saudação aqui aos presentes.

ALDAIR FAGUNDES: Apenas boa tarde a todos e todas. Apenas para acolher e desejar as boas vindas. Agradecer ao presidente da Casa que junto com a gerência, teve todo o

empenho de liberar o espaço, as tecnologias para que esse momento possa estar acontecendo e sendo registrado. A todos que vieram de longe e de perto, mulheres e homens aguerridos, guerreiros, em busca da verdade. Na Comissão da Verdade. É histórico para nós, eu tenho muito prazer de estar participando desse momento. Muito obrigado.

ROBSON SÁVIO: Muito obrigado então ao vereador Aldair . Eu vou retomar, passar a palavra ao Senhor Presidente, para que ele possa então dirigir aos demais aqui, e na sequência, nós vamos desfazer a mesa, pedindo que o Deputado Nilmário continue para que a gente possa iniciar a nossa audiência efetivamente.

CLÁUDIO PRATES: Registrar também a presença dos vereadores Léo Dias, que é o representante indicado pela Câmara Municipal para compor também como representante dos fóruns do Estado de Minas Gerais, que tem feito um trabalho belíssimo representando a Câmara junto ao Governo do Estado e aos fóruns que é o projeto que nós aplaudimos a iniciativa de vir ao interior para ouvir as reivindicações de cada área de demanda. Mais uma vez, desejar as boas vindas não é? O vereador Aldair ele menciona o fato da Câmara ter aberto as portas. Na verdade isso não é nenhum favor, é obrigação porque como a gente diz, é a casa de fato e tem que ser, estar aberta à população para discutir todas as demandas. Registrar aqui, cumprimentar o público presente na pessoa da Leninha, que é uma grande amiga, grande, também do Senhor Zano Felix e todos assim se sintam cumprimentados mais uma vez e bem vindos. Eu tive a honra de presidir durante 04 anos a Câmara na gestão passada. A comissão de direitos humanos da Câmara. E embora tenha como profissão ser policial federal e muitas pessoas acham às vezes incompatível, eu comentava como o Secretário e com o subsecretário que antes de atuar como policial eu fui advogado durante 10 anos, e lecionei direito constitucional e direitos humanos da Polícia Militar e também na Unimontes. De forma que tenho a compreensão bem próxima ao que nos traz aqui os secretários que propõe a Comissão da Verdade, pegando até a frase do próprio Cristo não é? Que é a verdade que liberta não é? Ele fala isso. Vencereis e a verdade ela que liberta. Então a Câmara se sente honrada de trazer essa oportunidade de se discutir e aproveitar para mais uma vez publicamente parabenizar o Secretário Nilmário pelo excelente trabalho que sempre realizou como deputado, mas sempre trazendo à tona, sempre essa comissão de direitos humanos, ela traduz sempre como a sua imagem, é como se tivesse a imagem do deputado. Então não vou alongar muito. É desejar as boas vindas. Eu não poderei

participar durante todo o evento porque hoje é o encerramento de um projeto cultural que a Câmara de Montes Claros é parceira. Que são editais e hoje é o último dia e a gente está acompanhando de perto e temos visita de várias Câmaras Municipais. Uma das nossas propostas como presidente, é que a Câmara cada vez mais esteja aberta. Lançamos essa semana a ouvidoria digital, para toda a população de Montes Claros possa acompanhar de perto. Em muito breve, se Deus quiser a TV Câmara funcionando 24 horas, exatamente para que população tenha a participação e a transparência do que se espera de uma casa parlamentar. No mais, devolvo ao amigo Robson aqui para que possa dar continuidade aos trabalhos desejando de fato um êxito feliz nesse evento. Muito obrigado.

ROBSON SÁVIO: Muito obrigado então, Vereador Cláudio Prates. Eu vou aqui ratificar as palavras do Vereador Aldair. Toda a disponibilidade da Câmara, na cessão do espaço, setor de comunicação, setor de serviços. Setor de relações públicas, tudo isso corrobora muito para o nosso trabalho, mais do que isso, a gente consegue divulgar para toda a comunidade montes-clarense essa atividade que acontece aqui, então muitíssimo obrigado ao Senhor por toda a deferência. O vereador quer usar a palavra para fazer a saudação? Por gentileza.

LÉO DIAS: Então secretário Nilmário Miranda. Ao Presidente da Casa, Cláudio Prates, Vereador Aldair e o público presente. Fizemos questão de estar presente aqui hoje, nesse, ainda bem que nós estamos na democracia, senão eu ia falar que era sabotagem. Estar presente nesse debate aqui, que é um debate que nos interessa muito. Fizemos uma ou duas reuniões lá com o Joba na Unimontes não é? Ainda no início que eu estava fazendo a discussão da Comissão da Verdade no Norte de Minas. E para nós, principalmente nós que somos de partido de esquerda, eu sou do PC do B, não é? Aldair, somos e pessoas que lutaram muito para que a gente possa ter uma democracia restabelecida no país. Mesmo que eu não tive oportunidade de estar à frente e lutar contra os excessos da ditadura militar em seu período, nós ainda sofremos resquícios daquilo que foi essa ditadura. Aqui por exemplo no Norte de Minas tivemos vários relatos que já tivemos, por exemplo do Senhor Porfírio de Souza, e outros mais que eram das fileiras do antigo partidão, do PC do B também que vários relatos de perseguições e isso tudo. Então aqui é importante que a gente conheça, aqui não é um revanchismo não é? É querer apontar o dedo e falar quem errou, quem não errou. Mas é para poder trazer à tona a verdade de fato para que gente nunca mais possa acontecer. Nós não queremos

mais no nosso país um regime de exceção, ainda mais neste momento que a gente tem uma crise política muito aguda, muito séria no país, quanto mais vezes a gente vê muitos jovens, principalmente hoje, invocando o uso de forças de exceção como método de salvaguardar o país, nós ficamos muito preocupados. Então hoje trazendo esse debate aqui para a Câmara de Montes Claros, é importante para que nós possamos não só ter os relatos e conhecer também, mas que façamos também uma frente em defesa da democracia, que foi tão cara pra gente. Ela é tão cara como diz outros pensadores. Democracia é o pior sistema que existe excluindo todos os demais. Então nós não somos perfeitos, estamos caminhando para poder consolidar nossa democracia, apesar de termos ainda no século XXI agora movimentos que queiram lutar, interromper essa nossa democracia, em relação a ditadura militar do Norte de Minas, a gente precisa de fato conhecer melhor, saber do que ocorreu. O quê que foram esses crimes, o quê que foi crime, o quê que foi lutar para que não aconteça jamais e nós não queremos mais viver o estado de exceção e nem uma ditadura militar no país. Então eu acho muito válida a vinda hoje do Secretário, Subsecretário e todos que conduzem essa audiência. Colocamos nosso mandato também à disposição não é? Junto com a Câmara para o que for necessário a partir das deliberações de hoje, nessa audiência. Muito obrigado, bom dia, boa tarde.

ROBSON SÁVIO: Muito obrigado ao vereador. Então agradeço aos vereadores presentes, ao Subsecretário José Francisco. Eu vou pedir que o secretário Nilmário continue enquanto ele pode. Nós vamos então dar início às nossas atividades da audiência pública. Eu queria inicialmente fazer uma série de registros, de agradecimentos que eu acho que são pertinentes e fundamentais. Farei isso muito rapidamente. É, queria agradecer além da Câmara Municipal de Montes Claros obviamente, o Centro de Cultura Alternativa do Norte de Minas, então o pessoal do CAA parceiro nosso de primeira hora, muito obrigado. Quero agradecer também a Comissão da Memória e Verdade Grande Sertão, que é parceira, colaboradora nossa que também atua conosco na troca de informações. A Comissão Pastoral da Terra, aqui do Norte de Minas. O Genildo que é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Verdelândia e a Câmara Municipal de Verdelândia. Ontem nós tivemos lá uma reunião com a presença inclusive do Professor Dayrell, bastante produtiva. A equipe do Vereador Aldair que já falou aqui inicialmente, juntamente com a sua equipe de comunicação social. Toda a equipe da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania não é? O pessoal do secretário Nilmário Miranda e do Subsecretário José Francisco. A Cáritas Regional aqui

do norte. Ao IDENE que disponibilizou veículo de transportes para que nós pudéssemos ir em Verdelandia, Januária e outras cidades. O João Batista, Joba, grande parceiro e colaborador nosso, aqui dessa região e companheiros de vários sindicatos aqui presentes e também da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia que se encontram aqui hoje. Muito obrigado a todos vocês que estão presentes. Se por um acaso eu deixei de citar alguém, que por favor tem a Helena Mourinho que é a nossa assessora, que seja passado para ela a comunicação que nós registraremos aqui. A Helena Mourinho que está sentada aqui na primeira carteira. Nós faremos o registro das demais participações, de lideranças que estiverem aqui. Tá? Por gentileza. Quero também registrar que a presença da Conselheira da Comissão da Verdade, o secretário Nilmário já falou, Emely Vieira Salazar que é também Conselheira da nossa Comissão tá? E da equipe da Comissão da Verdade, além da Helena Mourinho que é a nossa secretaria executiva, nós temos a equipe da Subcomissão dos trabalhadores rurais, o Thiago, a Marina e a Caroline, que eu já vi que estão por aí também, que fizeram essas atividades de trabalho de campo desde segunda-feira. A todos vocês muito obrigado. Então senhoras e senhores, segundo a legislação que criou a Comissão da Verdade em Minas Gerais, compete a essa Comissão estabelecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações dos direitos fundamentais. Identificar e tornar públicos os locais, as instituições, as estruturas e as circunstâncias relacionados direta ou indiretamente à prática de violação aos direitos fundamentais, inclusive as suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade civil. Recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir ofensas aos direitos fundamentais e humanos. Promover com base nos informes obtidos e averiguações efetivadas, a reconstrução da história. Dos casos cabíveis e suas atribuições, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas e a seus familiares. O artigo 5º da Lei Estadual 20765/2013 que instituiu a Comissão da Verdade, determina que para execução dos seus objetivos, esta comissão poderá entre outras atribuições, solicitar quaisquer informações e documentos diretamente dos órgãos e entidades públicos, promover audiências públicas. Determinar a realização de perícias de diligências. E pedir o auxílio de entidades para tomar o depoimento de pessoas que guardem relação com os fatos e as circunstâncias examinadas pela comissão. Por meio de audiências públicas, nossa Comissão da Verdade em Minas Gerais pode direcionar a atenção do Governo e a atenção dos agentes públicos, para instituições específicas, tais como os meios de comunicação, as prisões, as instituições judiciais. As graves violações a segmentos

específicos e no caso dessa audiência pública no Norte de Minas, a trabalhadores rurais. Servindo assim de catalisador do debate sobre a função, que essas instituições, lutas e movimentos cumpriram no passado, e as medidas que devem ser tomadas no futuro, para aumentar sua efetividade e sua capacidade para promover proteger os direitos humanos, preservar a memória e promover a justiça. Essa é a terceira audiência pública da Comissão da Verdade em Minas Gerais, neste ano. No dia 23 de março, realizamos uma audiência pública com um grupo de jornalistas mineiros para tratar da censura aos meios de comunicação de massa no período da ditadura militar. Logo depois, ouvimos lideranças e representações estudantis que atuaram nos chamados anos de chumbo, numa audiência pública intitulada Repressão ao Movimento Estudantil em Minas Gerais no Período da ditadura militar. Foram colhidos testemunhos de estudantes universitários, que sofreram a repressão da ditadura civil e militar em nosso Estado, e lembradas as circunstâncias de fato relacionados a luta no meio universitário, que resgatam a memória de graves violações a direitos humanos, ocorridos na época do regime militar. Nos depoimentos foram rememorados episódios de repressão, que ocorreram principalmente da capital do Estado em Belo Horizonte, mas também no interior do Estado. Dentre eles, destaco a aplicação do Decreto Lei 477, as intervenções militares nas universidades, as prisões de estudantes, o congresso da UNE em 68, quando foram presos estudantes de instituições de ensino superior em Minas Gerais e o 3º Encontro Nacional dos Estudantes realizado em Belo Horizonte e que está uma série de comemorações, está comemorando justamente os 50 anos desse encontro. 50 ou 40? 50 não é? 50 anos. A Comissão da Verdade de Minas Gerais ela pesquisa 13 temas. Que muito rapidamente eu vou relacioná-los aqui para vocês entenderem o tamanho e o escopo do nosso trabalho. Então nós pesquisamos sobre acontecimentos que envolvem mortes e desaparecimentos de opositores da ditadura. Acontecimentos que envolveram tortura de opositores da ditadura. Acontecimentos que atingiram trabalhadores rurais e este é o objetivo desta audiência pública aqui no Norte de Minas. Acontecimentos que envolveram trabalhadores urbanos como o massacre de Ipatinga. A repressão aos trabalhadores da Mina de Morro Velho e a repressão ao movimento sindical urbano. Acontecimentos que envolveram perseguição a membros de igrejas e instituições religiosas e congregações religiosas. Acontecimentos que envolverem violações de direitos humanos de etnias indígenas. Inclusive nós estamos pesquisando aqui o caso dos Xacriabás, que também são desta região. Atentados terroristas de extrema direita. Locais de resistência à ditadura. Locais de tortura de opositores ao regime militar. Acontecimentos que implicaram na censura

aos meios de comunicação e aos espetáculos culturais e artísticos. Acontecimentos que implicaram na cassação de representantes políticos ou na demissão e exoneração de funcionários por motivos políticos. Acontecimentos que implicaram a expulsão de universitários, por meio do Decreto 477. E também impedimento de convivência de crianças e adolescentes com seus pais, em razão da prisão, morte ou desaparecimento dos genitores durante o período ditatorial. Então como os senhores e senhoras podem perceber, esse é o escopo, o desafio da Comissão da Verdade aqui em Minas Gerais, de produzir um relatório sobre todas essas temáticas no âmbito de todo o Estado. A Comissão da Verdade então através da subcomissão de trabalhadores rurais, está aqui no Norte de Minas desde segunda-feira. Já estivemos em Januária, ouvindo algumas lideranças e sindicatos de trabalhadores rurais, e ontem nós passamos o dia todo em Verdelândia, juntamente com alguns companheiros da Comissão da Verdade Grande Sertão. Nós tomamos depoimentos sobre o chamado Massacre de Cachoeirinha. E os nossos amigos lá da Liga dos Camponeses Pobres, chamou atenção que nós deveríamos mudar esse nome. Ao invés de chamar de Massacre de Cachoeirinha, chamarmos Nilmário de resistência de Cachoeirinha. Que não obstante alguns companheiros terem sido mortos, a resistência de muitos mantém a luta ativa dos trabalhadores em todo o Norte de Minas até hoje. Então inclusive nós vamos considerar essa observação dos companheiros da Liga dos Camponeses Pobres de ontem, ok? Na audiência de hoje, eu quero pedir que os nossos depoentes, eles procurem dentro do possível, narrar os fatos que julgam relevantes à história da luta dos camponeses aqui no norte do Estado, focalizando principalmente o período da ditadura civil militar, de 64 a 84, 85 podendo chegar até 1988, quando nós tivemos a Constituição Federal, e esse também é o tempo que a Comissão da Verdade tem para apuração de violação dos direitos humanos. Na verdade, a lei que criou a Comissão da Verdade determina que o tempo é de 1946 até 1988. não é? Sendo que o nosso foco principal é durante a ditadura militar. É muito importante que para a memória, além do registro dessa memória dos nossos depoentes, também dentro do possível, sejam agregadas informações relevantes sobre os episódios que envolveram massacres, violações, mortes de companheiros camponeses. Não é? Sempre procurando registrar nomes, datas. A participação de agentes públicos. A participação de empresas públicas e privadas nestas violações e direitos individuais e também de direitos coletivos dos trabalhadores rurais. Então é esse o escopo do nosso trabalho e dessa nossa audiência aqui hoje. As pessoas que serão convidadas para dar o seu depoimento, elas poderão falar pelo tempo que acharam

conveniente. Aqui não é um interrogatório. A audiência da COVEMG é uma escuta de atores importantes que conhecem da história e vão dar o seu testemunho. Portanto as pessoas poderão falar o tempo que acharem relevante, e elas não serão interrompidas e não serão questionadas. Ao final da audiência, se houver tempo, nós abriremos para algum debate com os presentes. Então fique bem claro que durante os depoimentos não é? As pessoas terão tempo necessário para suas colocações, e não será permitido a interrupção dos depoentes. Antes de eu chamar aqui os depoentes que vão compor essa nossa mesa, eu queria solicitar a presença do Professor Carlos Dayrel que ele vai ter 15 minutos para fazer uma breve exposição sobre o contexto da violação dos direitos de trabalhadores rurais aqui no Norte de Minas, um pouco para situar os presentes dessa situação. Então nós convidamos e agradecemos a presença do Professor Carlos Dayrel, que terá até 15 minutos para as suas considerações iniciais, e para consideração sobre questão envolvendo violência aos trabalhadores rurais aqui no norte do Estado. Com a palavra então, o Professor Carlos Dayrell.

CARLOS DAYRELL: Boa tarde a todos e todas. É um prazer estar aqui nesse momento que ele é importante para todos nós. De Minas Gerais e do Sertão de Minas Gerais. E muito bom estarmos também com a presença do Nilmário Miranda como nosso porta-voz ao que temos a dizer ao Estado não é? Gostaria de registrar, eu sou doutorando do PPGDS, faço parte do Centro de Agricultura Alternativa Braulino Caetano, nosso diretor aqui que está presente e sou também membro da Comissão Verdade e Memória Grande Sertão. E como membro dessa comissão, eu gostaria de dedicar esse evento a um membro que contribuiu na construção da comissão e que nesse período, ele já não está conosco que é o grande companheiro Alvimar Ribeiro dos Santos. Eu gostaria de registrar isto. Ele foi uma pessoa que além de sindicalista, diretor da CUT, diretor da, membro militante da Comissão Pastoral da Terra, ele teve uma importância muito grande na própria construção do Centro de Agricultura Alternativa e mais do que isso, uma presença constante naquele período crítico. Foram casos e casos não é? Que nós temos registro dele, que ele acompanhou de violência, de assassinatos que ele estava sempre presente. Então gostaríamos então de prestar essa homenagem ao grande companheiro. Bom, eu fiquei de fazer a contextualização. Como nosso tempo é bem resumido, então eu vou me dar, vou ler, para não cometer risco de extrapolar o tempo e deixar algumas questões que são importantes de ser relatadas, certo? Mas é importante dizer que a ditadura militar deixou marcas muito profundas no Norte de Minas, principalmente junto ao campesinato, aos posseiros e hoje aos que se auto afirmam como povos e

comunidades tradicionais, ou seja, indígenas, quilombolas, vazanteiros, gerazeiros, não é? Apanhadores de flores, nessa diversidade sociocultural que é presente do Norte de Minas, não é? Mas não só isso. Marcas profundas também na nossa paisagem, ambiental econômica, social e cultural. A gente pode dizer e falamos isso com muita segurança. São centenas. A gente poderia talvez falar que são milhares, mas vamos dizer, são centenas de comunidades, milhares de famílias que em sua grande maioria até hoje sofrem com os efeitos da ditadura militar. E essa audiência ela é importante pois pela primeira vez, vamos poder expor ao Estado de Minas Gerais a violência que foi cometida contra os povos do sertão e que encontra-se até hoje a espera de um reconhecimento, à espera da reparação. Alertamos que os casos que vão se cerrar no dia de hoje, que vão ser relatados no dia de hoje, não se cerram com esses relatos e que muito menos o relatório que está previsto ser feito até o final do ano, não vai dar conta de cobrir o tamanho e aspecto de violência que foi cometida. Mas esperamos que ações reparadoras e estruturantes sejam acompanhadas e executadas iniciando ainda no atual mandato, nesse mandato, no mandato do atual Governo. E a Comissão Verdade e Memória Grande Sertão, esperamos dar continuidade nos outros caso que não tiverem sido cobertos. Nessa contextualização vamos abordar duas vertentes entre outras, que devem ser consideradas por essa Comissão. E o nosso entendimento que a gente tem sobre a violência cometida pela ditadura militar nos sertões de Minas Gerais. A primeira refere-se ao uso do aparelho repressivo do estado ditatorial. Para atenderem interesses privados das elites fazendeiras e dos empresários. Ou seja, pessoas vinculadas da elite, utilizaram em função de seu interesse privado, no período da ditadura, de ações do DOPS, da Polícia Militar, da Secretaria de Segurança Pública para ameaçar, prender, torturar e assassinar posseiros, suas famílias, suas mulheres, seus filhos. Alguns casos com relação a isso vão ser relatados aqui. São dezenas de casos que temos conhecimento, Ou seja, que nós já escutamos. Não que a gente, a gente não tem a dimensão do todo, mas são dezenas de casos que nós já escutamos, pessoas relatando não é? De como por exemplo, os quilombolas de Bom Jardim da Prata que estão aqui presentes. Dos quilombolas de Manga, de Brejo de Crioulos. Dos vazanteiros, de comunidades vazanteiras inclusive aqui presentes, o pessoal dos vazanteiros de Pau Preto. Gerazeiros, veredeiros, mas principalmente os posseiros de Cachoeirinha. Com relação a essa vertente, ou seja, ação repressiva do Estado para poder atender a interesses privados. Mas existe uma outra vertente não menos importante, mas talvez com a repercussão numa escala muito mais ampliada que refere-se a violência da ação

institucionalizada do Estado, que sob à égide da geopolítica dos militares, declararam o Norte de Minas e os cerrados como vazios econômicos. Vazios de gente. Olha só, o Norte de Minas como vazio econômico. O Norte de Minas que até hoje é uma das regiões que contem o maior adensamento de agricultores familiares do Estado. Onde 80% do trabalho, da ocupação são provenientes dos agricultores familiares. Não é? Ou seja, aqui foi considerado vazio econômico e vazio de gente. E foi a partir dessa perspectiva em um contexto de falta de liberdades democráticas, que foram estruturadas ou restruturadas as instituições, como a Sudene, a Codevasf, o IBDF, o Ibama, a Ruralminas e o IEF entre outras que foram estruturadas para quase que como o braço armado da ditadura, promover uma série de programas e políticas públicas, que foram executados na região. Como por exemplo, o dos direitos florestais, que viabilizou o acesso a milhões de hectares de cerrados declarar atendidos os ditames das chapadas do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Financiado com recursos como FISETE, fundo de investimentos setoriais. Recursos que viabilizaram a implantação em larga escala da pecuária. De projetos de irrigação e aí podemos dizer 02 casos emblemáticos que não podemos esquecer. O caso do Projeto Jaíba e do Projeto Irrigação do Gurutuba, inclusive com estudos que estão sendo feitos agora por estudantes, por historiador que está sendo feito sobre os impactos desse projeto na vida de centenas de famílias, milhares de famílias, de gurutubanas que estão ainda a espera da reparação. E de outros programas como por exemplo o Pró-Varzeas. O Pró-Varzeas que junto com o programa de polos florestais, praticamente ocupou as chapadas e drenaram as várzeas, secando, provocando uma degradação ambiental irreparável, irreparável. Pois é. Essas políticas e programas foram executados sem permitir que o povo do lugar questionasse e protestasse, pois quem se opunha era considerado comunista. Assim foram muitos casos de assassinatos, de prisão, de tortura e de ameaça. Foram centenas de casos que aconteceu nessa região. Foi assim que o Estado viabilizou entre as décadas de 1970 e 1980 o apossamento e a destinação, em alguns casos a regularização de cerca de segundo estudos, do Professor Ariovald Ubelino, 3 a 4 milhões de hectares no Norte de Minas, foram tomados nessas comunidades e repassadas para fazendeiros e empresários. Casos demais. Eu vou citar um caso. Quanto eu estava vindo para o Norte de Minas, na primeira vez na casa de Léo, eu fui fazer um trabalho em Catuni. Isso foi novembro de 1981. Estava lá na comunidade fazendo um trabalho e dormi na casa lá de um camponês. Escutei um barulho. Muito barulho à noite, estava um dia chuvoso. No dia seguinte eu fui saber o quê que era, a comunidade acolhendo uma família que foi expulsa

da noite por correntões. Simplesmente não tinha nenhuma possibilidade. Onde que nós vamos ter uma pessoa dessa comunidade, essa família poder relatar um caso como esse. Eu presenciei. A comunidade acolheu. Por quê? Foi expulsa por correntões que destruiu a casa e o pomar e ela foi acolhida pela comunidade de Catuni. Isso eu vivenciei, nos primeiros, recém-formado aqui no Norte de Minas. É, e a gente gostaríamos de contestar a versão. Pelo menos o caso do Norte de Minas, de que aqui a terra sempre foi concentrada. E que esta questão não se refere aos crimes cometidos pela ditadura. Afirmamos que sim. A concentração de terras e a consequente degradação social, econômica e ambiental do Norte de Minas, tem como principal vetor a ação do estado ditatorial. Ação ditatorial que permanece até os dias de hoje. Nessas instituições ou nas que elas foram incorporadas. Vou dar um exemplo. Permanece na ação do IEF até hoje. O IEF tem uma ação ditatorial. Sua ação ditatorial junto às comunidades tradicionais, junto às comunidades locais. O caso da Ruralminas. A omissão da CODEVASF foi responsável pela construção desse projeto de irrigação e são milhares de famílias que estão aí até hoje solicitando, demandando reparação. Então a partir dessa leitura a gente também tem algumas sugestões e recomendações que nós achamos importante. Que as pessoas, fazendeiros, empresários, que foram beneficiários diretos e funcionários públicos que foram devolvidos nesse processo de ação junto aos interesses privados não é? Sejam identificados e punidos. Que as famílias ou comunidades que foram afetadas, sejam identificadas e reparadas. Seja individual ou coletivamente. Que se apure a atuação desses órgãos e as consequências das políticas e programas executados nesse período e se promovam ações e políticas reparadoras. E nesse sentido de se pensar ações e políticas reparadoras, não pode dizer que faltam propostas no campo da economia, da promoção social, do desenvolvimento, porque nós, a região tem um conjunto significativo de propostas que podem ser incorporadas em ações imediatas e emergenciais e de médio e longo prazo. E que nesse sentido, aí eu falando direto ao nosso secretário, que o Estado de Minas ouça os reclamos dos posseiros. Dos povos e comunidades tradicionais. Vou dar um exemplo. Em agosto de 2015, a Articulação Rosalino, pobres e comunidades tradicionais, junto com o movimento sindical colocou 5.000 pessoas para poder receber aqui o ex-presidente Lula e o Governador Pimentel. Lula, o pessoal entregou uma carta para Lula e para o Governador Pimentel. E Lula publicamente falou, Governador, atenda as demandas desse povo pobre. Porque esse povo, atender a demanda deles dá muito menos trabalho. até hoje o Governador Pimentel não recebeu a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais. Ou

seja, então a gente gostaria de que relevasse essa mensagem ao nosso Governador, porque de queremos reparar os crimes que foram cometidos pela ditadura, e eles são muitos, são centenas. É fundamental, a gente acredita na ação do Estado, dessa possibilidade. Outra questão importante gente. Nós não podemos, é importante que o IEF também leve essa mensagem para o Governador. Que o IEF incorpore a pauta socioambiental e demita de imediato o Diretor de Áreas Protegidas que é o Henri Collet. Nós não podemos que o filhote da ditadura continue oprimindo centenas de comunidades com seus parques aqui. Que estão tomando as áreas das comunidades tradicionais. Bom, gente, meu tempo terminou mas desse tempo a ideia nossa era realmente abrir essa questão, mas pelo menos que essas duas perspectivas sejam consideradas pela Comissão Verdade e Memória e que também quem sabe isso pode abrir um diálogo do Governo de Minas com as comunidades que estão inviabilizadas frente a um diálogo produtivo com o Estado. Muito obrigado.

ROBSON SÁVIO: Muito obrigado ao Professor Carlos Dayrell. Eu vou fazer o seguinte, como o secretário Nilmário ele foi citado aqui várias vezes, eu vou passar a palavra para ele fazer alguma consideração e depois eu quero ratificar aquilo que eu já disse. Para o registro da nossa Comissão da Verdade, é muito importante, primeiro, nós focalizarmos o período da ditadura militar. E segundo, nesse momento, a Comissão da Verdade apurando o que ocorreu nesse período, fará recomendações para o Governo, em termos de ações. É muito importante dizer isso daqui, porque às vezes as pessoas veem o secretário aqui na frente.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Quando a Irmã Neusa que é do Conselho Pastoral dos Pescadores, mas alguns pescadores passava pela guarita policial ali de Maria da Cruz, ele ainda estava lá algemado. Mas a prisão foi efetuada às 16 horas, às 19:30 ele ainda estava lá na guarita. De forma que foi impossível a gente conseguir a saída dele no mesmo dia e que era possível pagar fiança. Então o que gente está vendo? O Estado ainda com resquício da ditadura, se presta a ser o novo capitão do mato. Pegou um trabalhador, derrubou a casa, colocou dentro do camburão e foi tomar café na casa do fazendeiro. E o tempo todo humilhando o sujeito. E o que a gente acha mais incrível é que nada se foi encaminhado, tudo muito lento. O Ministério Público se pronunciou durante, depois da prisão que o caso o cara não tinha nenhum antecedente criminal, por isso deveria ser solto. E, no entanto, todas as dificuldades foram colocadas e ele ficou 06 dias preso. E a gente agora quer juntamente aqui reafirmar a necessidade

de uma audiência pública na região, devidos os problemas. Ressaltamos também todo esse procedimento que a gente vai analisando como que a Polícia tem sido conivente. Além do mais, tem outra coisa, a mesa de diálogos não estava sabendo do processo de despejo, pois sem diálogo e também que continuamente tendo uso de drones, que tira a privacidade da comunidade. E alguns comentam, ah ninguém pode proibir o uso de drone. Dentro da área da comunidade, que aquilo que a gente acha que vai legalizar, que é o termo de legalização de uso, que é dado pelo patrimônio da União, no entanto é dentro da área da comunidade que o drone continuamente está sendo usado antes, durante o contraprestação de despejo e agora também que a comunidade se reuniu e reconstruiu a casa. No entanto está sendo vigiada 24 horas com uso de drone e nada até o presente momento foi feito.

ROBSON SÁVIO: Está certo, companheira.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Obrigada.

ROBSON SÁVIO: Então nós vamos fazer o seguinte. O seguinte encaminhamento. Eu gostaria por gentileza que fosse feita uma notificação dessas questões para a Secretaria de Direitos Humanos.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Nós entregamos, já está tudo documentado, inclusive de outros casos.

ROBSON SÁVIO: Já está com o Doutor José Francisco. Em relação à questão da audiência pública, nós temos aqui o Vereador Aldair que é da Câmara e que pode eventualmente fazer um encaminhamento porque a Comissão da Verdade não tem como competência para isso. Vereador Aldair está ali no final ok? Nosso outro companheiro vai falar agora e vai se identificar.

ALEXANDRE: Meu nome é Alexandre, sou da Comissão Pastoral da Terra. Primeiro lugar nós também como os companheiros da liga, queremos ver punidos, ver presos esses criminosos do período da ditadura e os criminosos de hoje também. É, de uma forma bastante rápida, o período da ditadura, o que a gente viu aqui na região, é que ele foi mais um processo de estruturação para o grande capital explorar a região não é? E a gente vê aí como o Carlinho colocou, a quantidade de terra devoluta que foi parar na mão, um dos exemplos não é? Foi parar na mão das empresas de monocultura de eucalipto, Projeto Jaíba. Os projetos ligados à questão da produção de gado. Então

nesse período, houve uma, um fortalecimento da estrutura do capital nessa região e isso está se intensificando. Está se intensificando. Os projetos que estão vindo para cá continuam entregando a terra na mão do capital. Basta ver a mineração, basta ver barragem de, a barragem de Jequitaiá. A Barragem de Jequitaiá, a forma com que ela está sendo construída, é muito parecido com a forma com que foi construído o Projeto Jaíba. E isso foi no Governo anterior. E essa Governo agora está tocando pra frente, inclusive com a participação do Governo de Minas não é? E outros exemplos são, Barragem de Berizal, Barragem de Congonha. Os processos de mineração e as terras que são devolutas, estão todas ainda na mão do latifúndio. Se a Comissão da Verdade é para discutir a verdade, Então vamos dizer aqui que essas terras até quando essas terras vão ficar na mão desses caras? O Governo Pimentel já está há 02 anos e meio e não tem uma terra grande na mão dos trabalhadores. Não tem uma terra que foi, que é do Estado, que foi arrendada para essas grandes empresas que está na mão dos trabalhadores. Bom, mas o que eu queria dizer aqui objetivamente, é alguns exemplos de como essa estrutura vem sendo mantida. Juarez Cardoso, advogado, estudou aqui em Montes Claros, foi dia 31 na casa de Alvimar chamando pelo nome de Lúcia, procurando Samuel, militante do MST dizendo que a fazenda, a Fazenda Corrente, não, Corrente não, esqueci o nome da fazenda. Ajuda aí, da empresa Granjas do Norte de Minas, a Fazenda, é em Olhos D'Água, eu esqueci o nome da fazenda, deu um branco aqui. Oi? Cachoeira. Fazenda Cachoeira, dizendo que a fazenda está protegida. E para o movimento e para as lideranças tomar cuidado. E disse ainda, a Polícia está indo lá nos trabalhadores em Olhos D'Água. Aí no mesmo dia, Valdelino que é da Polícia Civil de Bocaiúva, ele e mais uma outra pessoa com arma em punho, entrou com o carro dentro da garagem do trabalhador, de 02 trabalhadores do MST de Olhos D'Água entraram com arma e foram Lei Estadual intimar eles para ir na delegacia. E dizendo o mesmo discurso, a fazenda é protegida. Então, e esse aqui ó, Juarez Cardoso, advogado que inclusive recebeu dinheiro do Instituto Marista para estudar. Muita gente aqui do movimento popular conhece ele. Nós já encaminhamos para a OAB, já encaminhamos para promotoria e queremos a punição dessas pessoas que estão fazendo isso a serviço do latifúndio. Um outro exemplo. Temos vários e vários exemplos. Um outro exemplo. Hoje chegou a Policial Militar, Policial Militar na casa do Seu Marcelo em Curral de Varas, lá na região do Vale das Cancelas querendo, e ainda existia um acordo, inclusive a Polícia participou desse acordo para não fazer o despejo enquanto não houver uma audiência pública para discutir a questão de Vale das Cancelas, o oficial foi lá querendo arrancar ele

da casa dele, junto com dois policiais. E o juiz, agora dentro dessa questão do jurídico. Os juízes da região, não dá para ver isso calado. Os juízes da região estão dando reintegração de posse para tudo quanto é grileiro. Newton Cardoso alega ter 71.000 hectares. Você estuda processo ali, você vê que é grilado. Não é? Muito claramente você vê que é grilado e o juiz deu reintegração de posse para ele. Deu reintegração de posse para o dono da Floresta Empreendimentos, um tal de Ganso, um cara que vive em Divinópolis, que já foi preso pela Operação Grilo, a Polícia deu reintegração de posse contra uma trabalhadora Lourdes, lá em Grão Mogol não é? Então a gente, aproveitar aqui a presença de Nilmário, a gente sabe que não é papel da comissão, mas para a gente marcar uma audiência para poder discutir a violência do campo aqui na região do Norte de Minas, que é urgente. A ditadura ela manteve e está cada vez sendo fortalecida e nós precisamos ter a coragem para denunciar isso tudo. Falou, obrigado.

ROBSON SÁVIO: Muito obrigado. Muito obrigado, agora nós vamos então à última participação para a gente encerrar dentro do prazo.

PAULO ROBERTO FASSION: Paulo Roberto Fassion, também da Comissão Pastoral da Terra. Eu acho que é primeiro parabenizar a Comissão da Verdade e tudo, mas com a ênfase de vários companheiros aí que já falou, que a Comissão da Verdade venha com não perdão dessas situações. Quem teve gente na ditadura, que perdeu familiares, filho, pai, primo, irmão ou amigos sabe que se for uma Comissão da Verdade nesse intuito, se for uma coisa encaminhar para esse lado, é uma bofetada na cara. Então não podemos perdoar esse crimes. Um dos maiores problemas do Brasil, embora muitos digam que seja às vezes até a corrupção. Eu acho que é mais a impunidade do que a corrupção. Aí seja a impunidade na corrupção, seja impunidade nos crimes dos militares. Seja a impunidade nos dias de hoje que está ocorrendo. Acho que só, não vou falar muito não, acho que é reforçar a solicitação importante de uma audiência sobre essa, a violência no Norte de Minas, convocando todos os movimentos e pessoas que a gente conseguir mobilizar, que é coisa de público mesmo, para estar colocando as questões. Porque hoje não é o exército que está vindo fazer o papel das intervenções e de garantir a presença do latifúndio naquela época não. Hoje a Polícia do Estado é que está fazendo isso. E lamentavelmente a Polícia do Estado de Minas Gerais nesse Governo popular que nós até ajudamos a colocar, tem sido uma das grandes violentas nesse processo na questão agrária. É uma Polícia que a gente só tem visto ela cometer despejo e despejo com violência. Isto tanto nas ocupações urbanas quanto rurais. E o caso que contou aqui

recente, tudo de policiais, uma polícia que presta serviço antes de uma ocupação possível que possa ocorrer. Não que presta serviço ao latifúndio. Então são policiais pagos com o nosso dinheiro e com o dinheiro público, trabalhando e protegendo o latifúndio de supostas ameaças que eles pensam, e que talvez uma terra possa ser ocupada. Isso ocorreu ontem no relato do companheiro aqui. Estamos vendo aos montes acontecendo. Fala lá da questão do Pará, olha a questão aqui de 05 trabalhadores alvejados recentemente aqui no Sem Terra. Olha companheiro lá no Vale do Aço que foi assassinado. Quer dizer, a violência e latifúndio, pelo menos nesse último Governo tem matado, tem falado que vai falar e tem matado. Por isso que a denúncia feita aqui em relação a ter a audácia de um advogadozinho lá e na residência do Alvimar, da Dona Lúcia, e nós, com duas pessoas. Isso é uma ameaça. E nós não queremos esperar e ver, acontecer não. Um dos maiores problemas é a gente ficar guardando, achando que são denúncias vazias e amanhã nós estamos lamentando um companheiro ali no caixão ou qualquer tipo de coisa. Um policial ir na residência de dois trabalhadores que não tem nenhuma ficha, não tem nenhum B.O. Não existe nada. Com duas polícias, com armas pesadas em punho, fechando a garagem adentrando a casa sem um mandato, sem nada. É uma clara prestação de serviço de proteção ao latifúndio que a nossa Polícia do Governo do Estado de Minas Gerais, sob o comando do nosso Governador Fernando Pimental está realizando. Não é? Esse despejo que ele acaba de falar de Grão Mogol, nós sentamos há poucos dias, com a Secretaria, a SEDA do desenvolvimento agrário lá e houve uma conversa com o chefe lá da Polícia que estava lá representando o comando da Polícia e que não faria um despejo antes de uma audiência que estava programada entre nós acontecer. E eles estão lá despejando. Então em quem confiar? Uma Polícia prestadora de serviços de latifúndio. E esse Governo estamos cansados de ver, estamos cansados de ver, não tem pulso, não tem braço e não comanda a Policial Militar do Estado de Minas Gerais. Está sob o comando de outros interesses ou ele não tem comando, está sendo frouxo em relação a isso, ou ele está fazendo o lado. Das duas uma, ele tem que rever e é bom que a Secretaria de Direitos Humanos reveja e discuta isso internamente com esse Governo, porque ou ele está sendo conivente com isso, ou não tem pulso, não é? Ou não tem pulso para conter e comandar a Polícia que ao final de tudo, está sob o comando dele. Olha, nós lembramos no passado, que o Itamar, que eu não votei nele nem nada, não se trata disso, mas tinha muito mais pulso sobre a Polícia do que o Governo atual. Então é disso que nós queremos, que a comissão de direitos humanos reveja, promova e a gente precisa rever isso. porque nós não estamos

querendo rever, não estamos querendo assistindo e não estamos querendo cada dia estar enterrando mais um companheiro, um trabalhador rural ou um trabalhador de ocupações urbanas. Que não está vindo, essas polícias não estão vindo para brincadeira não. O chicote está cobrindo mesmo.

ROBSON SÁVIO: Então muito obrigado ao companheiro da CT. Aquilo que for da competência da Comissão da Verdade, vai ser encaminhado. Aquilo que é de competência de outros órgãos do Estado, também nós faremos os devidos encaminhamentos para apurações e respostas daquilo que foi levantado aqui. Então eu quero agradecer a presença dos nossos depoentes. Alguns já não estão aqui. O José Alagoano, Afrânio, Juarez, a Roseli, a Paula, a Dona Valdivina e o Adão. Quero agradecer muito aqui a processual do meu lado do companheiro, o Secretário Nilmário Miranda, o Professor José Francisco, a Emely, nossa Conselheira lá da COVEMG e todos que ficaram até aqui, muito obrigado à Câmara Municipal de Montes Claros que nos acolheu, uma boa noite, até uma próxima oportunidade.

CARLOS DAYRELL: E acha que nós estamos aqui para fazer colocações a respeito do momento atual, né? Nós sabemos que o momento atual é um momento complicado, como o vereador inclusive já falou, mas não é o foco do nosso trabalho a situação atual, até para uma efetividade à memória da luta aqui, é muito importante que os depoentes se atenham ao período do trabalho da Comissão da Verdade, né, então faço esse apelo para que, depois da fala do Secretário Nilmário que eu vou chamar os depoentes, nós retomemos o nosso foco para o depoimento do período, tá? Não, eu vou passar a palavra então para o Secretário Nilmário.

NILMÁRIO MIRANDA: Muito bem, não é pra fazer menção ao que o Professor Carlos Dário (trecho incompreensível) falou, não, porque não é disso que se trata. Todo lugar que a gente tá, a gente tem obrigação e dever de ouvir as pessoas com respeito, registrar, passar ao governo. Isso aí, nós vamos fazer isso. O que eu quero dizer, é uma coisa importante para a região, para Montes Claros e para a região, que desde que nós criamos a Secretaria, nós tínhamos o propósito de interiorizar, né? Antes da sede PAC, existiu uma subsecretaria de Direitos Humanos, a SEDESE, pouca gente sabia que existia, e sua atividade se restringia praticamente à Belo Horizonte e região metropolitana. E nós não nos, não aceitamos isso! Um Estado muito grande, muito diverso, e as violações se dão em todo território. Então nós resolvemos fazer centros de referência de direitos humanos em várias regiões do Estado. E esse ano nós vamos

começar por três regiões, só tem uma até hoje, que é Juiz de Fora, que já funciona. Então nós aprovamos em edital, nos últimos dias, um Centro de Referência de Direitos Humanos em Montes Claros, que a partir de agosto vai ser instalado, tudo que a nossa Secretaria faz, que eu não vou falar agora pra não desviar atenção, mas eu vou deixar alguns folders desse, que resume o trabalho da Secretaria, vai ser feito pelo Centro de Referência aqui, em Teófilo Otoni e Alfenas, os três foram aprovados. Aqui vai ser a Cáritas, né? De comum acordo com várias organizações que aqui estão, se uniram pra apresentar um projeto ao edital, atenderam ao edital aberto, felizmente, nos próximos dias, até tá vendo documentação para implementação, nós vamos começar efetivamente, essa conversa vem de longe! Eduardo Madureira acompanha desde os primeiros dias, né, também, vários companheiros que aqui estão. Só anunciar isso. Nenhuma das medidas, Professor Dario, é que nós, é essa, de colocar mais perto do povo para acompanhar tudo isso que foi relatado aqui de perto, para fazer um canal permanente, para, enfim, estar mais, digamos, próximos de onde as violações ocorrem, no passado e no presente. Fazendo a mediação, tudo que estiver ao alcance da nossa secretaria, mas também elevando para o governo e para os outros órgãos do governo e do Estado, né. Então acho que também é uma boa notícia, né, que a gente traz aqui, sem querer desviar nem mais um minuto do trabalho da Comissão, mas deixar essa informação para os companheiros e companheiras. Obrigado.

ROBSON SÁVIO: Obrigado, então, ao Nilmário pela informação. Então, nós vamos então fazer a composição da mesa dos que vão prestar depoimentos à Comissão da Verdade. Eu gostaria de chamar então aqui o Senhor José Alagoano, o Afrânio Oliveira e Silva, o Juarez Teixeira Santana, a Rosely Carlos Augusto e a Paula Hermínia do Rosário Carmo. Quero então agradecer muito a presença de vocês, que se dispuseram a colaborar com a nossa Comissão da Verdade aqui em Minas Gerais. Nós vamos então começar os depoimentos, eu gostaria de consultar se o Senhor José Alagoano, Senhor José, poderia ser o primeiro a fazer o seu depoimento. O senhor pode fazer? Ir ali naquele local, por gentileza. E o senhor tem o tempo que o senhor julgar necessário para fazer as suas considerações, está ok? O senhor, por gentileza, antes de iniciar, o senhor fala um pouco das suas atividades aí ligadas aos sindicatos e aos movimentos dos trabalhadores para que todos conheçam o seu trabalho.

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é José Antônio da Silva, mas sou conhecido por José Alagoano. Eu sou presidente da Associação dos Vazanteiros, da Comunidade do Pau Preto, Município de Matias Cardoso. Como nós

falou da Ditadura, é um registro que ficou marcado em todos nós que participamos e os que não participou da Ditadura, que viram falar. Na verdade, foi um momento sofrido no Norte de Minas, a Ditadura judiou muito da nação, junto naquela época tinha um órgão muito perverso, que foi o órgão mais perverso de Minas Gerais, que eu considero, que foi a Ruralminas. Ela, na época dos anos 70, ela se juntou aos grandes doutores de Belo Horizonte e tomaram as terras, demarcou as terras dos pequenos latifundiários, dos pequenos agricultores rurais que tinham, pros latifundiários, inclusive levando um secretário da Justiça, por nome de José Rezende, que esse homem terrorizou o Norte de Minas, que nós mora lá quase no final, levando pistoleiro, tirando pistoleiro de cadeia, levou pra lá pra amedrontar o pessoal. Aonde chegava os fazendeiros, quando os agricultores não queriam aceitar, aí ele emprestava um, tinha um pistoleiro por nome Antônio Rocha, que esse cara andava com dois, três revólveres de um lado. E quando a gente ia registrar alguma ocorrência em Mangas ou Matias Cardoso: “ah, não, porque o homem é secretário da justiça”, aí ficava por aquilo mesmo. Se a gente tentasse, até preso ia. Então naquela época foi um terror no Norte do Estado. Mas falando, igual o mestre falou aqui, pra gente falar mais dos anos 80 pra trás, mas em 98 voltou a mesma, pra nós foi a mesma Ditadura do governo do Estado, que saíram mapeando só onde tinha as comunidades pra fazer parque municipal. A gente concorda com o meio ambiente, que tenha parque, mas por que que não tirou dos fazendeiros? Só tirou nas comunidades, onde que tinha as comunidades rurais? Hoje nós tá passando... Né? Obrigado. Hoje nós tá passando o mesmo momento que passamos na Ditadura. Há três anos atrás, não me lembro, ou foi dois ou três anos, nós registrou muita coisa aqui pra Comissão de Direitos Humanos, só que até hoje nós não teve resposta nenhuma, nenhuma, de nada sequer. Inclusive na nossa comunidade, são 64 famílias, tem 20 que tem energia, o resto nenhum tem! Isso pra mim, é desumanidade. Hoje, no século 21 que a gente vive, teve luz pra todos aí, só porque o IEF diga, passa energia dentro da comunidade, mas não pode baixar a rede porque tá dentro da área de parque, sendo que fizeram o parque, não comunicou pras comunidades, não teve entendimento nenhum com a comunidade. Então pra mim, os direitos humanos, secretário, pra mim não está funcionando no momento. Eu gostaria que funcionasse. A gente tem o maior respeito pelo Secretário **NILMÁRIO MIRANDA**, o senhor é uma pessoa muito coerente, mas não está, a secretária não tá funcionando no momento. Não sei porquê. Nós gostaria que a Secretaria de Direitos Humanos se envolvesse nessa ação, porque a gente está represado lá pro parque, nós não tá

estragando o meio ambiente, mas o IEF insiste que nós não vai ficar lá e não tem negociação nenhuma. São essas as minhas palavras, meu muito obrigado.

ROBSON SÁVIO: Senhor José, eu só vou fazer, pode ficar aí, por gentileza. Senhor José, se o senhor quiser ficar ali por gentileza, só vou fazer a seguinte questão: em relação ao período de 1964 até 1988, o senhor quer fazer algum registro específico, contar um pouco da história daquele período ou o senhor prefere não fazê-lo?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Praticamente já fez o registro, né? Nós passou por essa decisão aí, a Rural Minas tomou as terra, passou pros fazendeiro, oprimiu o povo, a Polícia Militar não atendia nenhum registro de que os fazendeiro tava matando as criação nossa, tudo, porque era regime, né? Já era regime. Até nos anos 70, 80 existiu isso, os fazendeiro tomou as terra e tudo. Então aí já é um registro, né. Segundo eu tô relatando, agora em 98 que voltou a mesma forma. A gente saiu para a democracia, só que ela não existiu, ela ficou meio parada no papel. Não funcionou quase nada, não.

ROBSON SÁVIO: O senhor poderia me falar de qual que era o local que acontecia essas violências?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: É o município de Matias Cardoso.

ROBSON SÁVIO: Matias Cardoso.

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: É.

ROBSON SÁVIO: Tem o nome de uma fazenda, de uma comunidade?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Matias Cardoso, pra mim falar pros Direitos Humanos que tá aqui, pra todo mundo que tá presente. Matias Cardoso, 70% é área de parque e reserva, então só sobra 30 para os fazendeiro e os pequeno, né, agricultor. O resto viraram tudo parque, pra beneficiar o projeto Jaíba, tirou de um município, deu pra outro, para beneficiar o projeto Jaíba, em um Município que tem 30.000 pessoas, 30.000 habitantes, né, só existe 30% das áreas pro fazendeiro e pro pequeno, o resto é tudo reserva ambiental, tirou a reserva do Jaíba e levou tudo pro Município de Matias Cardoso. Então pra mim isso é desumanidade, né?

ROBSON SÁVIO: E sobre esses eventos que aconteceram na década de 60 e 70, o senhor gostaria de registrar algum fato específico daquele período?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Olha, eu gostaria porque aonde se envolveu um secretário da Justiça, um secretário da Justiça tirando presidiário da cadeia, homens perigoso e levando pra judiar da nação, pra mim é um registro muito grande, né?

ROBSON SÁVIO: O senhor lembra o nome desse secretário?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Doutor José Rezende.

ROBSON SÁVIO: Sim. E presos de qual local que iriam pra lá?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: O preso era de Belo Horizonte, levou da cadeia lá de Belo Horizonte, não sei qual que foi, mas se chamava Antônio Rocha o cara.

ROBSON SÁVIO: E esses presos foram levados lá pra perseguir os trabalhadores?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Mandava pra lá e era emprestado para os outros fazendeiros. Pra o Antônio Candido, pra Doutor Vital, os pessoal tudo. Eles emprestava. Quando os pequeno manifestava, eles levava esses cara pra lá. Esse Antônio Rocha e um Dalvino, né. Aí eles levava esses cara pra lá. O cara andava com três, quatro revólver dum lado, né. Sem contar que não podia falar nada, porque o homem era secretário da justiça, né.

ROBSON SÁVIO: E isso aconteceu no Município...?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Município de Matias Cardoso.

ROBSON SÁVIO: Em alguma fazenda específica?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Em alguma fazenda?

ROBSON SÁVIO: É.

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Sim, na antiga, que hoje se chama, chamava Fazenda (trecho incompreensível), né.

ROBSON SÁVIO: Certo. Desse período o senhor quer registrar mais alguma questão?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Não, não. Só essa mesmo.

ROBSON SÁVIO: Tá. Então muito obrigado pela participação do senhor por enquanto.

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Obrigado.

ROBSON SÁVIO: Nós vamos solicitar a presença da Senhora Valdivina Batista, também que vai ser depoente, pedimos que ela venha até aqui, por gentileza. Ela que vai, representa lá o pessoal das geraizeiras, ela também vai dar o seu depoimento, tá? Se alguém precisar de dirigir aqui alguma questão à mesa, nós temos a Helena e a Caroline, que está ali, ela pode me trazer a questão para a gente avaliar. Eu infelizmente aqui na coordenação não posso atender as demandas que vêm daí. Então, por gentileza, procurar os assessores da Covemg que estão presentes, passem para eles as questões, eles trazem aqui pra mim para que eu possa avaliar. Eu gostaria então de solicitar o **AFRÂNIO OLIVEIRA E SILVA**, advogado da Fetaemg durante muitos anos, para que também possa dar o seu depoimento, e nós recebemos com muito prazer também, Afrânio.

AFRÂNIO OLIVEIRA E SILVA: Boa tarde, prazer (trecho incompreensível) e mais gente que conviveram conosco na década de 77 até 82, quando eu estive aqui advogando, eu

era assistente da Fetaemg, e eu fui assistente da Fetaemg aqui no final de 1977 até 82, mais ou menos. E foi uma época quando eu cheguei aqui, aliás, o período todo foi um período muito difícil, né? Desde 1964, que a gente já convivia com essa dificuldade toda, e que na época nós era estudante, participava de diretórios estudantis, militar e recebia algumas informações das ligas camponesas de Pernambuco. Assim, de certo modo a gente já tava envolvido nessa questão da terra, né, mas muito mais, é uma situação na época de juventude mesmo, né? Na época eu tinha vinte e poucos anos, aí, né, a partir de 1964, todo mundo já conhece a história, o Golpe que retirou um presidente da República que tinha apoio popular, credibilidade, só pra gente lembrar de que João Goulart, ele, naquela época o processo eleitoral era diferente de hoje, o vice-presidente também era votado, João Goulart teve na época mais de 6 milhões de votos, tanto voto quanto o presidente eleito na época, Jânio Quadros. E posteriormente, depois de toda aquela situação, e que dada a renúncia do presidente, eles tentaram impedir a posse de João Goulart, e foi uma pressão enorme, mas aí eles aceitaram sob a condição de ser implantado o sistema, parlamentarismo, né? Mais uma vez veio um plebiscito, um colégio de 11 milhões naquela época de eleitor, João Goulart teve 10 milhões de votos, então por aí a gente nota que era um presidente que tinha apoio do povo brasileiro. Aconteceu o Golpe, e se instalou nesse país um período que eu considero porque eu não vivi outro período, evidentemente, né, mas esse país já teve vários períodos de exceção, Ditadura Militar, Ditadura Civil, a última Ditadura Civil foi de Vargas, e a gente imaginou de que aquilo fosse um período transitório. Jamais a gente pensava de que a gente ia conviver durante 20 ano com um regime de violência, de morte, de perseguição, de tortura. E assim que eu formei, em 75, passou 75 eu comecei a advogar em 76, 77, final do 77, 78, eu fui contratado pela Fetaemg pra vir trabalhar aqui no Norte de Minas. E quando eu cheguei aqui, a situação eu jamais iria imaginar, eu mais ou menos sabia que ia ter essa violência agrária, mas jamais eu iria imaginar de que eu iria encontrar um quadro tão violento como eu encontrei aqui no Norte de Minas. E a gente não tinha muitas opções, não. A justiça omissa, a justiça parcial, a justiça que defendia fazendeiro, advogados, político. E eu imaginei de que eu, como advogado, eu ia fazer pouca coisa diante desse quadro que a justiça, e ainda assim quase uma centena de comarca, nem juiz tinha. Eu imaginei, diante daquele quadro o que se poderia fazer? E eu fui trabalhar no sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco e lá eu tive oportunidade de trabalhar com algumas pessoas muito importantes. O Marcelino, que foi o primeiro presidente que eu tive o prazer de trabalhar, conhecer. E aí a gente tava, aí a gente começou a conversar o

que que a gente poderia fazer diante desse quadro todo. Falei: “olha, eu acho que a única forma que a gente pode fazer com mais urgência é começar a organizar os trabalhadores, fortalecendo o sindicato, começando aqui no São Francisco”, aonde a onda de violência era muito grande, fazendas sendo ocupadas por reflorestadora, grileiro de terra, tem que ter um grileiro, um dos mais famosos de Minas Gerais, que chamava... Felizmente morreu, tomara que ele esteja num lugar... Antônio Luciano, um dos homens mais poderoso dentro de Minas Gerais! Politicamente, economicamente... Só pra vocês terem uma ideia, o Antônio Luciano ele tinha, ele era quase dono de todo cinema de Belo Horizonte, dono do Banco Financial, dono de um hotel Financial, que quem conhece Belo Horizonte, fica ali na Avenida Afonso Pena, nem sei se existe mais. Ele era dono da usina de açúcar da cidade de Lagoa da Prata. Ele, além de ter esse poder todo dele, ele foi considerado um dos maiores pedófilos de Minas Gerais. Só pra vocês terem uma ideia, quando o Luciano morreu, os filhos dele tiveram que criar uma associação para participar do projeto de inventário dele. E o Antônio Luciano, a grande paixão dele, segundo ele mesmo declarava, é a terra. E ele tinha essa facilidade porque ele tinha uma equipe de advogados, na época parece 15 a 20 advogados, que percorriam o Estado de Minas, principalmente as regiões do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri, para levantar essas terras que nós chamamos de terra devolutas, terras públicas, terras que a gente chamava, ainda chama, de ausente. Essas terras, normalmente elas eram ocupadas por posseiros, as pessoas, historicamente, aqui principalmente no Norte de Minas, que saíram lá da Bahia, remanescente de escravos, e vinham para essa região aqui e começaram a ocupar essas terras, que na verdade essas terras não tinham donos. E conseqüentemente ali, eles faziam suas posse, produzia alimento para sua subsistência. E, por exemplo, existia área, por exemplo, tem uma área lá em São Francisco que chama Fazenda Vereda Grande, essa fazenda tinha aproximadamente 8.000 hectares de terra. Tinha outra fazenda lá no município de São Francisco, Arinos e Unaí, a fazenda chamava Fazenda Menino, a área dela é de 90.000 hectares, e esses posseiros, eles ocupavam pequenas áreas, 3, 4 hectares e eles ficavam plantando aonde que a terra tava em condição melhor, Veredas, né. E muitas áreas estava realmente desocupada. E foi aonde que esse processo, que chegou aqui mais ou menos em 1970, as empresa reflorestadora, atividade agropecuária, fazenda de carvão, de produção de carvão, e daí iniciou o grande reflorestamento no Norte de Minas. E junto com esse pessoal chegava os grileiro de terra, os jagunço, e a gente sabia que por trás disso estava esse famoso Antônio Luciano, porque ele tinha poder, ele era amigo de governador, ele era amigo de

desembargador, de juiz de direito, ele era amigo de prefeito, de deputado... Então ele tinha um poder quase que infinito! Todo mundo sabia de que quem estava por trás de toda essa violência, era ele! Só que ele tinha os seus personagens que fazia isso. E houve, por exemplo, invasão de terra, violência de terra nessa Fazenda Vereda Grande, essa Fazenda Menino, tô falando no Município de São Francisco, que se espalhou para o Município de Januária, Município de Itacarambi, Município de Manga, Buritizeiro, aí a gente se via quase que impotente para enfrentar toda essa questão. E nós iniciamos aquilo que é um carma que a gente tinha, era começar a organizar os trabalhadores, e em 1978, nós tínhamos o sindicato de Januária, São Francisco, Montes Claros... Mas nós precisava de caminhar mais, e na década de 80, mais ou menos, nós conseguimos criar mais ou menos de 15 a 16 sindicatos, foram sindicatos importantes, companheiro Juarez, sindicato de Janaúba, em cima da questão da violência do Bico da Pedra, que o Carlinho relatou muito bem, né. E que era uma região próxima à Cachoeirinha, a gente aproveitou e encampou a luta daqueles posseiro e pra eles sentir que a gente não tinha perdido de vista a luta deles. E foi, eu acho que foi um caminho importante, porque apesar de a gente não ter contido toda essa discussão da terra, mas nós conseguimos que várias famílias permanecessem na sua posse. Lá em, tinha uns fatos até interessantes, a gente descobriu, por exemplo, que essa Fazenda Menino, que hoje ela abrange três municípios, São Francisco, Arinos e Unaí, a gente descobriu que essa fazenda pertencia a um alemão. Eu até falava lá pro Marcelino: “será que não é um nazista que fugiu lá da Alemanha e veio pra cá, não?” e tal, mas ele realmente, ele falava que era dono dessa área de 90 mil hectares de terra. Ele nos convidou pra ir na casa dele, lá no Rio de Janeiro. Ele era uma pessoa educada, tranquila, ele falou assim: “olha, eu não quero que nenhum posseiro daquela fazenda saia da terra”, falei: “que ótimo! Primeira vez que eu vejo uma pessoa falando assim”, “mas eu gostaria que vocês organizassem esses posseiros em uma área única, invés de eles estar espalhado em várias áreas, eu gostaria que eles ficassem em uma área só, porque eu pretendo vender a fazenda para as empresas reflorestadoras, essas coisas toda. E eu conto com a ajuda de vocês”, quer dizer, aí eu olhava pra ele, olhava pro, nesse dia tava lá o Marcelino, o Elói, que depois vou relatar o Elói. Acho que ele tá achando a gente com cara de palhaço mesmo. E a gente voltou lá pra Fazenda Menino e reunimos com os posseiros, falamos: “ó, o que ele tá querendo é que vocês saiam das suas posses antigas, que vocês têm lá suas plantações, os seus pés de fruta”, quer dizer, a posse que caracteriza a existência de mais de 20, 30, 40 anos, chamada posse velha, “que na verdade na hora que vocês

saírem dessa posse, que vocês irem para outro lugar, de imediatamente ele vai entrar com ação de despejo e vai tirar vocês todos da posse”, mas esse argumento não era nem preciso fazer! Porque de pronto o pessoal falou: “não, a gente não sai, nós vamos ficar aqui e tal”. Posteriormente ele requereu processo de reintegração de posse na comarca de Unaí, retirando os posseiros de lá. Mas como o processo era muito mal feito, processo que tinha, esse juiz foi criterioso, pediu que ele nomeasse um perito, e a gente alegou de que a terra pertencia à comarca de São Francisco, portanto o juiz naquele momento ele era incompetente, o processo seria julgado em São Francisco, acabou o processo sendo arquivado e tal, coisa toda. E aí, o que nós fizemos? Nós criamos uma delegacia sindical na Serra das Araras, por quê? Porque a Serra das Araras fica 120 km, era difícil de a gente ir lá, a não ser em caso de urgência, e criamos também uma delegacia sindical na Fazenda Vereda Grande, aonde que o Antônio Luciano, ele tinha uma fazenda do outro lado do Rio do Cuia, mas ele queria tomar a terra dos posseiros dessa fazenda, tanto é que uma vez, foi um absurdo! Ele desviou um braço do Rio Urucuia, agora vocês imagina, hoje seria um crime, não sei! Naquela época foi um absurdo! Ele desviou um braço do Rio Urucuia para inundar as lavouras dos posseiros. Então ele tinha acesso a esse tipo de coisa. Aí a gente fez a denúncia à polícia florestal, aí sabia que aquilo lá era quase ineficaz pelo poder que o Antônio Luciano tinha. Mas o negócio foi tão, foi tão vergonhoso, que a gente fez a denúncia na imprensa de Belo Horizonte, denunciemos. Aí a polícia não teve uma outra forma de embargar a obra e voltar esse braço do rio para o leito. E ele tinha uma coisa, ele gostava muito de criar búfalo. Não é que ele gostava de búfalo, ele gostava de búfalo porque era um animal que tinha um poder danado. E ele jogava esses animais nas roças dos posseiros, e aquilo chegava, arrebatava tudo e tal. E a gente ia entrar com uma ação de indenização, aquilo virava nada, porque o juiz, inclusive tem um fato curioso, que o juiz de direito de São Francisco, Doutor Geraldo Gotardo, que também já morreu, ainda bem que esse pessoal morre mesmo. Esse juiz, eu tava até contando esse caso, ele começou a trabalhar na comarca de Prata, essa comarca é lá no Triângulo Mineiro, mas ele, depois ele foi considerado insano, louco! Ele, teve uma vez que ele saiu, que os meninos da escola, tudo menino, teve uma demissão de um diretor na escola e os meninos saíram na rua protestando, queria que o diretor voltasse pra escola. Tudo criança, quase 10 anos, 12 anos, cidade pequena, Prata é uma cidade pequena, na época devia ter o quê? Uns 10 mil habitantes, ou nem isso. E esse juiz, ele tinha mania de colecionar arma, e ele saiu com uma Winchester, sei lá, uma espingarda e dando tiro pra cima! Agora cês imagina

que loucura esse cara! Os menino, tinha uns que desmaiava, outro corria e tal. Aí o que aconteceu? A sociedade do Prata e mais promotor e deputado de Uberlândia e próximo, fizeram um abaixo assinado para o Tribunal de Justiça para remover o juiz de lá. A gente sabe que o juiz é irremovível, a não ser um fato muito grave. Mas como esse juiz era filho de um desembargador, então ele tinha costa quente, o Tribunal queria exonerar o juiz, também é um fato raríssimo, o juiz às vezes pode aprontar, a única pena que ele recebe é uma aposentadoria compulsória, com todos os direitos. É por isso que o juiz apronta mesmo! É irremovível, essa coisa toda. Mas aí nem isso. Aí o pai dele, desembargador, pediu que ele fosse removido pra outra comarca. Vocês imaginam para qual comarca que ele foi. São Francisco! Quer dizer, o negócio já estava ruim sem juiz lá, e apareceu esse louco lá. Aquela situação de violência em São Francisco, a tendência era ser acentuada, esse juiz que, ele falava abertamente: “eu sou amigo de Antônio Luciano”, ele falava “Doutor Luciano” porque o Doutor Luciano, ele era médico. “O Doutor Luciano é que pagou a minha faculdade, Doutor Luciano é que doou esse”, ventilador, não, “ar condicionado aqui ó, (trecho incompreensível)” falava isso abertamente! Abertamente! E ele falava para mim assim, o dia que ele chegou lá na comarca, que a cidade toda soltou foguete, festa, porque sabia das características e qualidade dele. E eu tava no Fórum e subi lá em cima pra cumprimentar, porque não sabia quem que era. Aí, quando eu cheguei, a sala estava repleta de vereador, prefeito, fazendeiro, advogados. Aí o pessoal falou assim, a forma de falar: “Doutor, é ele! O bandido chegou”, aí ele falou assim: “olha! Muito bom o senhor ter chegado aqui. Eu cheguei aqui essa semana e estou sabendo que o senhor vem provocando instabilidade aqui no Município, vem provocando violência aqui no Município, o senhor vem jogando trabalhador contra patrão, o senhor vem incentivando invasão de terra, o senhor vem provocando divisão de terra, agora acabou! Agora acabou!”, falei: “olha, o senhor tá pegando informação desse pessoal que está aqui. Nada disso que o senhor falou aí é verdade. Então, essa situação é o contrário, nós estamos tentando segurar posseiro, tentando fazer cumprir contrato de parceria de arrendatário, fazendo com que os fazendeiro assine carteira de trabalho, pague o salário... Agora, se isso for realmente ilegal, então é isso que a gente faz, doutor”. Ele falou comigo assim: “Eu estou sabendo de uma coisa, por que é que o senhor, o senhor é simpático, é culto, de conhecimento, porque que o senhor pega e não muda pra lá?”, falei: “não, é porque eu gosto daqui, doutor. E eu tenho certeza que nós vamos fazer uma contrarrevolução aqui, tirar esse pessoal do poder”, é provocando! Tá provocando, então vamos provocar. Ele falou assim: “eu vou deixar bem claro: não adianta o senhor trazer

processo pra mim, eu vou indeferir todos os processos”, eu falei: “ainda bem que o senhor não é uma decisão final, né? Nós temos outras instâncias aí e tal”, “mas aqui o senhor vai perder tempo”, e foi realmente, entrava na justiça para não prescrever direito e tal, e ele despachava e guardava o processo. Eu entrei com algumas denúncias contra ele em Belo Horizonte, mas uma situação muito, muito complicada. E acabou o seguinte, essa história é comprida, acabou o seguinte: ele sendo aposentado compulsoriamente, porque foi provado que ele era doido mesmo, louco, né, mas a situação de violência continuou. Por exemplo, em 1978, quando os fazendeiros, vereador, prefeito, invadiu o sindicato lá em São Francisco, dizendo que aquela atividade, aquela história toda, né, tava fazendo isso, tava criando aquela animosidade, então aquela história toda. Depois que, em dezembro, nesse fim de ano, mataram um posseiro lá na Serra. Esse posseiro, o menino tinha 18 anos, ele era sobrinho do Senhor Elói. Aí na cidade eles falaram assim: “olha, tá vendo? Foi um, vai mais”. Era um clima terrível. Mas, assim, a gente viu o seguinte: no trabalho de mobilização, ele cresceu, o sindicato que a gente ajudou a fundar, e foi criado em cima dessa questão, volto a acrescentar, Manga, que foi o sindicato que foi fundado em cima da questão de Jaíba, onde a Rural Minas, com projeto de irrigação, aquelas terras da Rural Minas eram 310 mil hectares de terra. Esse projeto de irrigação, que até hoje tá lá e o pessoal fala: “está vendo como é que deu certo? Hoje o pessoal tá exportando verdura, isso, isso e isso”, mas eles tiraram, na época, mais de 50.000 pessoas e assentaram, sei lá, 5.000 pessoas, quer dizer, é o seguinte, olha, o que a Ruralminas falava é o seguinte: “você não têm autoridade e competência pra manejar esse processo de irrigação”, aí trouxe família do Sul, aquela coisa toda. Mas essa questão desses projetos oficiais, eles são feitos para beneficiar o poder mesmo, é pra ajudar o poder político. Olha, eu não conheço nenhum projeto, naquela época, hoje eu não sei, projetos oficiais que veio beneficiar trabalhador rural. Janaúba tá aí, né, Bico da Pedra, (trecho incompreensível) tirou várias famílias. Aí, se vocês andarem um pouco mais, isso aconteceu, por exemplo, no Nordeste, naquelas barragens, tá acontecendo no Norte, fazendo barragem, famílias sendo despejadas, sendo expulsas. E aqui, no Norte de Minas, os projetos que mais expulsou o pessoal da terra, foi projeto de reflorestamento. E as empresas gozado, essas empresas, eu lembro muito bem, tinha (trecho incompreensível) essa Plantar, que até hoje existe aqui no Norte de Minas, ela usava de documento forjado em cartório. Os cartório era os maior fabricante de documentos. Essas terra que a gente fala que é terras devoluta, terra de ausente, o advogado da empresa fazia uma procuração, alguém assinava requerendo direito de

posse, eles inventava essa coisa, levava no cartório, o cartório emitia uma procuração da venda dessas áreas. O limite era absurdo! “Olha, a fazenda vai do limite do Pau Seco até o limite do riacho não sei o que lá”, era muita terra! E de posse desses documento, eles ia no Banco do Brasil e conseguia empréstimo, assim, com juro baixíssimo, carência de quase 8 anos. E aí começava a expulsão desses, dessas famílias e às vezes quando algumas famílias resistia, eles falava: “olha, mas pra quê ficar aqui? Olha só a situação de vocês, pobreza absoluta”, as pessoas que estavam ali mais antigas, ficava na terra, mas aí os jovens saía das terra e ia trabalhar de empregado, ia trabalhar nessa empresa. E quando o jovem recebia salário, ele ficava extasiado! Era um sistema capitalista selvagem que estava atuante. E aí depois esses jovens, depois que acaba esse período de plantio, essa coisa toda, ele era dispensado e aí vinha pra cidade, tentava arranjar emprego aqui, essa coisa toda. E uma outra questão mais violenta, é a questão do meio ambiente. A gente via por exemplo, Buritizeiro, Mirabela, São Francisco, Januária, aonde que a destruição do meio ambiente foi muito tempo. Eu lembro que era assim, o Carlinho lembrou bem, tinha dois tratores, amarrava a corrente num atrás do outro e ia levando a pilha de algodão, e a ali ia animais, planta medicinais, enfim, você olhava pra trás e virava um deserto a terra. E ali iniciava o plantio de eucalipto, né. E aquela o que aquela região que tinha de mata nativa, acabava. E você não tinha pra quem recorrer, não tinha pra onde recorrer. Tinha um fato interessante, por exemplo, na fazenda Vereda Grande, aonde que nós criamos lá uma delegacia sindical, que ela tem um trabalho importante de segurar os posseiros lá, que o Antônio Luciano ia lá arrendar, teve caso, teve caso que eles relataram que a Polícia Civil usava um helicóptero para fazer voo rasante em cima das casa dos posseiro e, assim, e ameaçando de colocar fogo, e coisa toda. A gente fazia denúncia em Belo Horizonte, falava assim: “não, isso não existe, isso é invenção! Jamais!”, então eu lembro, por exemplo, que quando os posseiros começavam a preparar terra para plantar, o Antônio Luciano ou os capanga dele ia na polícia florestal e denunciava de que na fazenda tal eles estavam desmatando sem autorização do IEF, Instituto Estadual de Florestas. Isso foi uma outra desgraça que a gente teve. Eu não sei se hoje a prática é a mesma. Aí o que acontecia? Aí chegava o fiscal lá. Lógico, constatava que o trabalhador rural lá, o posseiro desmatou, desmatou não, limpou uma área que ele já plantava, uma área pequena de 2, 3 hectares de terra. Ele falava: “mas infelizmente está embargado. O senhor tem documento da terra?”, “Que documento da terra?”, “O senhor tem autorização?”, “Nós não tem”, “então está embargado”, falou assim: “mas como que eu vou ter? Eu tô aqui há 50 anos, não tenho documento”, “mas

está embargado”, embargava. Aí o pessoal ia pra onde? Pro sindicato, “olha, como é que a gente faz? A única sobrevivência que nós temos é aquilo lá”, “mas nós sabemos que aquilo lá é uma prática pra vocês saírem”, mas aí a gente incentivava: “não, continua plantando, se o pessoal chegar lá, vocês... De repente vocês vão preso, vai pra cadeia, mas deixar os filho morrer de fome, não!”. Teve um caso interessante, em uma fazenda, essa fazenda da empresa é uma tal de Adflor, que infelizmente era de Uberaba, eu até falei pro engenheiro lá “vocês não têm vergonha de sair de Uberaba pra vir pegar terra aqui no Norte de Minas, expulsar posseiro?”, “não, que a gente comprou”, falei: “comprou nada, rapaz! Aquela terra é uma terra que o pessoal mora ali faz 50 anos! Não teve dono”, bom, daí (trecho incompreensível)... Foi um momento muito importante que nós tivemos aqui, pouco tempo, cinco, seis anos, com os companheiro, porque a gente, a gente sentiu de que apesar de ter alguns, algumas famílias perdeu as suas terras, mas a maioria a gente conseguiu que elas continuassem na posse, né? E um fato, um fato que marcou, quando foi em 1984, dia 30 de dezembro, mataram o Elói. Não sei se vocês já ouviu falar do Eloy, ele foi, eu até sou meio suspeito pra falar dele, mas foi um autêntico (trecho incompreensível) fé, coragem, acreditava, tanto é que mataram, né? E mataram e acertaram, assim, em cima mesmo, que a partir daí as coisas ficaram muito ruim. E quem tava por trás disso? Antônio Luciano! Falava: “ah, não, mas quem matou foi um tal de Paulo Leonardo”, cara que era um ex-banqueiro, ex-bancário em Belo Horizonte, que não tinha ligação nenhuma com terra, mas o que aconteceu? Antônio Luciano falou: “não, pode fazer, pode fazer que não tem problema”, e não teve mesmo! Não teve mesmo. Não ficou preso 1 ano, dois meses, três meses. Então essas violências que ocorreram, né, e que hoje ainda ocorre, que a gente presenciou agora lá no Pará, né, dez pessoas foram executadas por questão de terra. Polícia, mais de uma vez a polícia envolvida, né? Como a polícia envolveu em cachoeirinha, né, sob o comando do coronel Jorgino. E foi um período, 1967, que foi um dos período mais, aliás, todos período, todo período da Ditadura foi violento, mas o período, final de período do Ernesto Geisel e começo do Emílio Garrastazu, foi um dos períodos mais negros que nós tivemos na história. Por exemplo, o Ato Institucional número 5, ele acabou com a segurança pessoal, habeas corpus, mandado de segurança, a gente estava em um país sem garantia nenhuma! Se você olhasse pra uma pessoa mais ou menos, falava: “o quê que foi? Prendel!”, era assim! Eu tive companheiros, eu tive pessoas lá na minha cidade que desapareceu, foi preso, e nada, isso ocorreu. Então, Cachoeirinha aconteceu a violência com os posseiro foi justamente nesse período, 67. E aí eu fico imaginando o Coronel Jorgino, o processo

contra os posseiros iniciou na comarca de Brasília de Minas. Agora você imagina a distância de Cachoeirinha pra Brasília de Minas, mas por quê? Porque a competência não era Montes Claros, era Brasília de Minas. E eles entraram com essa ação de reintegração de posse e a gente sabe que essa ação, para que o juiz defere, ela tem que estar bastante correta, as pessoas qualificadas, por exemplo: “João Pereira tal tal e a sua mulher fulana de tal, ocupam a posse tal, área tal, área tal”, esse mandado foi expedido lá em Brasília de Minas, tava assim: “João de tal, Antônio de tal”, essa coisa, esse negócio absurdo de que qualquer juiz fala: “não, isso aqui não! Isso aqui não”, o quê que aconteceu? Parece que não houve pedido de liminar, mas o juiz mandou citar os João e as Marias de tais, e o oficial de justiça veio e falou, “ó, gente”, o pessoal falou: “que isso?”, ah, quer dizer, o correto seria dizer: “oh, fulano de tal, olha, você tá sendo citado, isso, isso e isso, você tem quinze dias para se defender e tal, sob pena de você perder sua terra”, oficial de justiça tem que fazer isso! Aí eles acharam que lá era o quê? Não sei! Passou o prazo de defesa, de repente chega lá o Jorgino e seus capangas, armados de fuzis, e começou esse absurdo, entraram lá como se tivessem, por exemplo, numa guerra, né? Derrubando casa, queimando casa, entrava dentro das casas dos posseiros, tinha mantimento lá eles jogavam fora, pisavam em cima. Matava porco, galinha. E o pessoal apavorado, e eles dando tiro! E o pessoal saía correndo. Isso já praticamente quase que à noite.

AFRÂNIO OLIVEIRA E SILVA: E aí, fazer o quê? Saía correndo! Gente que escondia no mato, né? E, segundo relato de um posseiro que eu tive na época lá, deram falta de uma criança, dentre os que foram assassinados lá, segundo relato, essa criança, depois que eles procuraram, essa criança foi encontrada um pouco distante, atrás de uma moita lá, com o corpo infestado de carrapato! Tava morta! Ela passou a noite toda ali. São coisas, mas isso, o que aconteceu? Nada! O Coronel Georgino, depois que ele passou para a reserva, a Ordem dos Advogados deu pra ele uma carteira de advogado. Um cara desse deveria ter processado, preso. O cara foi advogar ainda! E era uma pessoa aqui em Montes Claros respeitadíssima! Respeitadíssima, né? Eu me lembro, olhando o pessoal aqui, que assim que eu vim pra cá, que eu mudei para cá, que o polo jurídico mudou pra Montes Claros, e a gente envolveu na região aqui com tudo, né, com Cachoeirinha, com Bocaiuva, com Manga, com Janaúba e tal, e aquela coisa toda, e a gente tinha algumas pessoas que ajudava a gente, né, saúde, pessoal da saúde ali, né, algumas pessoas da UFMG, pessoas começaram a chegar para ajudar, porque sozinho era difícil mesmo. E então eu comecei a receber ameaça na minha casa e, assim, “olha, nós vamos jogar uma

bomba lá na sua casa, nós vamos matar o seu filho, nós vamos sequestrar seu filho.” E falaram assim: “Você não, porque você não vale nada, a gente quer é fazer isso com sua família.” Aí os trabalhadores fizeram um ato público aqui em Montes Claros em apoio a essa situação toda. E todo mundo sabe que eu não estou, não sei porquê, por trás disso estava o coronel Jorgino. Lógico, é a prática dele! Ele falava que não, quando eu perguntava ele, ele falava: “não! Jamais eu ia fazer uma coisa dessa”. Então essa violência, um mar de luta que nós tivemos aqui, Cachoeirinha, a resistência, porque o que os posseiros passaram, qualquer um poderia falar assim: “não, acabou! Vão embora! Isso aqui não dá mais! O que a gente vai ficar fazendo aqui?”, e outra coisa, os fazendeiros próximos da região, eles se organizaram e ficaram, assim, ninguém vai dar emprego pra posseiro, não! Eles não têm aonde trabalhar. Eles ficava ali, fazendo uma coisa, né, ali no povoado. E isso foi o que? Foram o quê, cinquenta anos? É, que eu cheguei aqui em 78, tinha 10 anos, depois foi mais 80, né, 82, 83, sei lá, e eu fiquei sabendo agora, que eu pensei que todos os posseiros tinham recebido o título da terra, mas me falaram que só algumas famílias, que eram 212 famílias, 2.000 pessoas, parece que, fiquei sabendo hoje, não sabia, só 60 famílias que recebeu o título da terra. E quando o governador Tancredo Neves, ele (trecho incompreensível) eu até participei de um comício que ele fez em Janaúba e nesse comício estava os posseiros de Cachoeirinha e ele assumiu: “olha, se eu for eleito governador, eu vou resolver essa questão.” E ele realmente, logo depois que ele tomou posse, ele baixou um decreto, desapropriando aquelas áreas de, aonde os posseiros ocupava, mas como um ato dele era um ato ilegal, porque a competência era federal, ele falou: “não, o meu ato não é um ato jurídico, é um ato político”, e aconteceu que o Estado acabou comprando essas áreas, e a Rural Minas emitiu o título da terra. Eu até estive lá depois e ajudei a cadastrar todas as famílias, também não precisava de cadastrar, porque sabia que todo mundo que tava ali em Cachoeirinha era posseiro, mas aí por questão até de exigência do governo “não, tem que saber”, tal, tal, tal. Então, assim, eu lembro que o cadastro foi feito com todas as famílias, e hoje eu fiquei sabendo, eu não sabia, que só 60 pessoas recebeu título da terra, os outros não receberam, não sei porque. Então parece que essa luta continua, continua. E é uma situação que a gente não pode admitir, porque o preço foi muito caro... E agora eu acho que tem, tem que ter um compromisso do Estado, né, de resolver essa questão. Então, eu, isso daí a gente faz esse tipo de relato, né, que tem até uma história que eu contei, tem muita coisa, né, aí infelizmente... (trecho incompreensível) na hora e tal. Mas eu gostaria de (trecho incompreensível) quando o Elói morreu, quando eles mataram o Elói... Pois é, eu lembrei

de um trecho de uma carta que não tinha, a pessoa não tinha nada a ver com a questão, não, mas eu lembrei de uma coisa, falei assim: “isso aqui é o Elói que escreveu, podia ter escrito”, essa carta diz o seguinte, e essa carta foi escrita, o companheiro, o Chico lembra, o José Carlos Novaes da Mata Machado. Filho de quem? Filho de Ieda Novaes da Mata Machado e do professor de direito, jornalista, escritor e político, Edgar Godói da Mata Machado. O José Carlos Novaes da Mata Machado, ele tinha 23 anos, ele foi torturado e assassinado em 1973 (trecho incompreensível) um dos atos mais bonitos que eu lembro, que a gente foi em Contagem, você lembra, Chico? Trocamos uma placa que tinha homenagem de um ditador, aliás, desculpa, de um torturador americano, tinha um nome desse (trecho incompreensível)... Nós fomos lá, retiramos essa placa, jogamos no chão e colocamos a placa do José Carlos (trecho incompreensível) escreveu para o irmão dele, Bernardo: “minha confiança nas massas”...

ROBSON SÁVIO: Fala no microfone, por gentileza, Afrânio.

AFRÂNIO OLIVEIRA E SILVA: Ah, desculpa. “Minha confiança nas massas de nosso povo cresce sem cessar. Talvez vejamos a libertação de nossa pátria, mas não lamentaremos se a morte nos colher no caminho”. Então é isso, gente. Obrigado.

ROBSON SÁVIO: Nós agradecemos muito o Afrânio Oliveira e Silva pelo depoimento, e nós vamos fazer agora a seguinte questão: nós vamos fazer agora um intervalo de 20 minutos para um pequeno lanche que, não um pequeno lanche, que está sendo oferecido pela Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, logo ali do lado. Esse intervalo, ele vai ser rigorosamente de 20 minutos, porque nós temos ainda mais quatro depoentes. Nós iremos começar impreterivelmente aqui às 16h10min, e nós temos o prazo máximo até as 19h00min para encerrar essa audiência, então eu peço, por gentileza, que todos estejam atentos a esse tempo. Vinte minutos então de intervalo. Nós vamos então dar início a segunda parte da nossa audiência pública, enquanto as pessoas estão retomando os seus lugares, eu gostaria de então falar novamente das instituições parceiras desse evento aqui na Câmara Municipal de Montes Claros. Agradecendo então à própria Câmara Municipal, estou vendo ali a figura do Vereador Aldair, muito obrigado, que também já solicitamos inclusive ao vereador todas as imagens dessa audiência pública, e essa audiência pública ficará no acervo da Comissão da Verdade, no acervo, e esse acervo será depois transferido para o memorial de Direitos Humanos, Memorial de Direitos Humanos que a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania deverá inaugurar agora no mês de março de 2018, viu vereador? Nós vamos ter então, em Minas Gerais, na sede do antigo DOPS, o

famigerado DOPS lá de Belo Horizonte, ele vai ser transformado no Memorial de Direitos Humanos do Estado, né, e entre os arquivos que estarão disponíveis nesse material, certamente nós teremos todo o material da Comissão da Verdade, que significa os relatórios produzidos, as pesquisas, os vídeos, os áudios, os depoimentos, as audiências públicas, tudo isso para ficar para a posteridade, para as atuais e para as futuras gerações, né? Então o registro desse material é um registro muito importante, porque conserva na memória do nosso Estado também as lutas dos companheiros trabalhadores rurais aqui da região de Montes Claros e Norte de Minas. Então muito obrigado à Câmara Municipal. Obrigado também à Secretária de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, ao Centro de Agricultura Alternativa, na figura do Senhor Braulino. Ele tava aqui, não tava? Senhor Braulino, ele esteve aqui até pouco tempo. À Comissão da Memória e Verdade Grande Sertão, Comissão Pastoral da Terra, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Verdelândia, à Câmara Municipal de Verdelândia, à Caritas Regional Norte e DENI e à Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia. Agora, nessa segunda parte da nossa audiência pública, nós ouviremos mais quatro depoentes, todos os quatro estão aqui, não é isso? Então o quê que eu vou pedir aqui pros nossos companheiros Rosely, Juarez, a Paula e a Vina? Eu vou solicitar, apesar de que vocês têm toda liberdade para usar o tempo, para que a gente possa ouvi-los e de repente pegar mais uns 20 minutinhos no final pra abrir o microfone à participação dos presentes, que sempre as pessoas gostam de dar algum recado, inclusive o pessoal, os companheiros lá de Verdelândia têm uma série de atividades nos dias 13 e 27, eles também querem convidar, então vou sugerir que vocês utilizem a palavra por até 40 minutos, tá? Se tiver que fazer mais um pouquinho, não tem problema. Quando der 40 minutos, eu sinalizo e aí vocês procuram, dentro do possível, concluir. Mas fiquem bem à vontade a respeito desse tempo. Podemos combinar assim? Tá certo. Então nós vamos combinar, e aí no final, várias entidades aqui presentes já solicitaram a palavra para fazer manifestações e dar alguns recados, também dar algumas informações sobre eventos e atividades relacionados aos trabalhadores rurais aqui da região. Eu vou então reiniciar essa segunda parte do nosso encontro passando a palavra para o nosso companheiro Juarez Teixeira Santana, que vai ter o uso da palavra nesse momento.

JUAREZ TEIXEIRA SANTANA: Primeiramente, quero cumprimentar a todos e todas, cumprimentar aqui a mesa na pessoa do senhor presidente, que eu mando aqui, a pessoa do Nilmário, cumprimento os demais companheiros que estão aqui fazendo parte

da mesa, e dizer que é satisfação, depois de tanto tempo, rever até aqui, até aqui tendo a oportunidade de rever aqui vários amigos que a gente não vê há muitos anos, como por exemplo o Doutor Afrânio, que me recebeu, o Léo, e os companheiros do dia a dia, e faz lembrar também outros que na época foram tão importante nesse período que nós vivemos, de organização para combater a Ditadura. Naquele período, inclusive o Chico, né, que a gente custa tanto ver, outros colegas da época, que não estão presentes aqui, mas virtualmente já até fizeram contato, né? Como o Luiz Chaves. E um professor da Universidade de Minas Gerais, o Doutor Rodolfo de Braga Almeida. Essa grande parceria que teve, no auge da Ditadura, das forças de esquerda para organizar e ajudar, sobretudo, os trabalhadores rurais. Que imagine vocês o que aconteceu: em 64 eu tinha 9 anos! Como que eu ia dar conta, a gente lá na roça, os pais e avós da gente, que eram as vítimas diretas, que poderia ter uma visão do que estava acontecendo, mas da forma que era a vida do campo naquela época, sem entidade de classe, sem organização, sem comunicação externa, não sabia nem o que tava acontecendo! É aquele ditado que a gente fala: “apanha sem saber de quê”, de todo modo tava apanhando, era vítima, mas nem sabia porque estava apanhando. Então se eu tinha 9 anos, foi preciso esperar mais 10 anos pra eu tomar consciência disso. Então a década de 80 foi uma década muito fértil para os movimentos sociais, com a ajuda e colaboração desses companheiros aqui presente, como diz aqui o Afrânio de Oliveira e Silva, foi o primeiro advogado contratado por um órgão de classe, pela Fetaemg, para defender, fazer a defesa dos trabalhadores e também ajudar na organização naqueles municípios, aonde não existia nenhum movimento sequer. Em outros momentos, nós ficamos sabendo que durante a Ditadura somente uma parte da igreja católica que foi o guarda-chuva que amparou parte desse povo, que hoje nós podemos ver e colher os frutos dessa organização que cresceu muito. Mas como nós temos aqui hoje uma questão de tempo e várias pessoas ainda pra falar, e outros já falaram muito bem aqui do Norte de Minas, por isso eu vou me ater à Bocaiuva, porque em cada município desse, que o ideal se cada um falasse, se der conta de falar do município dele, a gente vai ver, ainda mais que hoje não é, Bocaiuva já virou três municípios, e na época era mais cinco que emanciparam, Engenheiro Navarra que emancipou, Francisco Dumont, e a gente não sabe direito as histórias que aconteceram por lá nesse período crítico, e Guaraciama e Olhos D’água e Bocaiuva. E quando nós, eu comecei a entender e estudar história, e que eu entrei nessa luta, um pequeno à parte que a gente não pôde voltar lá atrás pra ver a história do massacre maior, foi o relato de Carlinhos, que é o projeto da direita imposto para todos nós como salvação para o Norte

de Minas, decretar como vazio econômico e de gente, esse que é o mais pesado da história, para a gente saber como é que nós fomos classificados, qual é a visão dos ditadores. Quer dizer, pra eles nós não éramos, ou até hoje, não somos ninguém! Não somos nada! E é assim que eles nos trataram. Mas a partir dessa organização mínima que nós fizemos, com situações precárias, que hoje até nas casas nós temos o mínimo de condição de comunicação, mas naquela época o sindicato dos trabalhadores, que fome não passava, porque todos nós produzíamos, mas com as condições precárias de organizar em um nível suficiente para dar a resposta ao nível que a direita tinha de organização, que eram os sindicatos patronais, que já eram organizados, e Bocaiuva, para mim, nos escritos que alguns companheiros até fizeram pegando os acontecimentos lá, ficou um caso típico, clássico, da luta de classe, porque onde eles mandavam com o chicote na mão, que batiam, literalmente, na cara do trabalhador que trabalhava na marra, tipo, como a escravatura tinha acabado, mas pra eles não! Era obrigado a trabalhar! E como dizia o Luiz Chaves, a lei áurea decretou lá a liberdade dos escravos, mas sem estudo, sem terra, sem nada, adiantou muita coisa isso? Por isso que a sequência de relação aqui do Norte de Minas. O que restou é trabalhar de fazenda, os que se tornaram posseiros, outros continuaram, ficaram na fazenda, sendo obrigados a trabalhar de graça. E quando tomamos essa consciência, que não éramos obrigados a fazer isso, começamos a peitar, mesmo na Ditadura que deu carta branca pra qualquer coronel de patente comprada nas fazendas, qualquer fazendeirozinho, porque na época nós sabemos que Montes Claros, aqui no Norte de Minas, é a única cidade que tinha o mínimo de industrialização, nas outras cidades eram todas rurais. A renda que movimentava pequena cidade era, sim, proveniente das roça e das fazenda, como até hoje é em grande parte delas. Mas algumas hoje têm um mínimo, alguma outra fonte que ajuda na renda per capita nessa cidade, desse povo. Caso de Bocaiuva, por exemplo, que tem-se hoje algumas metalurgias e outras fontes mínimas, mas a grande parte continua sendo rural. E nesse confronto de rurais, dos fazendeiros rurais com os trabalhadores rurais, lá causou um impacto que foi manchete na capa do jornal Estado de Minas, no dia de finados, de 84. Elói tinha sido assassinado recentemente, eu era o próximo da lista para ser morto. Se estou vivo hoje, como diz os nossos irmãos evangélicos, que Deus foi servido, porque eu tive quatro ameaças de morte com dia e hora marcada pra morrer, e pude me safar de todas elas. Mas o meu colega, infelizmente, não teve escapatória. Um jovem que concorria à eleição do sindicato comigo, que ia ser o secretário, tinha apenas 18 anos, foi vítima de duas balas de 38.

Desse rapaz, desse moço, médico, que era o presidente do Sindicato Rural Patronal da cidade. Um jovem que tinha tido o seu pai sumido, dos desaparecidos aí, e que foi achado depois de quinze dias, guiado pelos urubus, que já estavam devorando seu corpo jogado dentro da mata, e que a polícia não fez nada! Simplesmente está lá até hoje a cruz, que abriram uma vala e jogou ele lá dentro, e nunca apurou, porque era um crime que esse mesmo moço tinha mandado matar! E 10 anos depois, no dia de finados, quando esse menino de 14 anos estava indo visitar, levar uma vela na mão para colocar na cova do pai, encontra com esse mesmo moço e falou: “falei pra você não passar na minha fazenda”, “não tem problema, doutor, eu volto pra trás”, “mas não volta também, não”, e montado no seu cavalo, saca seu revólver 38 e dispara cinco tiros na cara desse rapaz. Ele tentou se esquivar, segurando na rédea do cavalo, que era um cavalo enorme, as balas chegaram a cortar a cara do cavalo, porque ele atirou, é claro que ele tava montado assim, mas não teve jeito, foram dois tiros, um direto na testa e quando ele virava pra cair, um outro de lado. Mas nessa mesma hora a justiça foi feita, enquanto ele preocupou em atirar no maior, o menor, com a faquinha de cozinha que levava na mão, pra descascar cana quando depois vinha da morte, de colocar a vela, ele desferiu duas facadas nesse moço montado no cavalo, que também poucos metros caiu morto. Então morreram, e foi a primeira e o único em todo o Norte de Minas que eu tenho conhecimento, que morreu um líder sindical de um lado e morreu o outro também representante dos patrões do outro lado. E em Bocaiuva só não morreu mais pessoas, porque ele matou e morreu na mesma hora, senão tinha matado mais pessoas. Mas, e a família era o dono do cartório, filho do dono do cartório da cidade, que tinha cargo vitalício, e a família toda, o que não era dono do cartório, de registro de imóveis, era do outro, do cartório do crime, por isso qualquer denúncia que a gente fizesse contra eles, eram todas arquivadas, porque eram todos da rede, trabalhavam todos dentro do Fórum da cidade, todos tinham cargo lá dentro. E as ameaças continuaram, pela família. Aí, eu, que era candidato à reeleição no sindicato, que foi fundado em 80 e já tinha oposição, porque a gente organizava os trabalhadores, a minha família até fez promessa pra mim perder as eleições, queriam me levar para São Paulo, que eu não podia ficar ali, que o risco de morrer era grande! Mas eu não quis ir, não fui, não saí, mas perdi a eleição, porque teve a investida da direita na chapa pelega, que realmente fez o jogo dos patrões. Mas não teve problema. Quatro anos depois, aliás, o mandato de sindicato naquela época era três, eu voltei, tornei a colocar meu nome à disposição e terminei o trabalho que eu me propunha a fazer: continuar na organização do sindicato. E as ameaças

também continuaram, e três delas é de conhecimento da justiça, porque eu fiz representação e entreguei na delegacia, e uma virou processo, e tive que sentar na mesa junto ao acusador, que jurava de morte, e naquela época tive apoio de muitas pessoas, inclusive da Pastoral da Terra, Rosely na época trabalhava aqui em Montes Claros, junto com sua colega Ana, que era da Pastoral da PJ, Pastoral da Juventude, Pastoral da Operária, e o Padre Jerônimo, que era o coordenador da CPT, tenho em casa os documentos dele até hoje, mandando apoio que “chega de apoiar morto, tem que apoiar enquanto tá vivo”, e foi importante o apoio desses setores na época pra mim estar aí. E outras e outras ameaças que eu recebi, que todas elas foram registradas na polícia, mas somente uma que teve desfecho até na justiça, e fez um acordo que ele teve que se pronunciar diante do juízo e confessar o que ele fez e até me pedir desculpas, né. E tenho o nome de todas essas pessoas, os ameaçadores. O que morreu, José Maria Caldeira Brant, o outro, José Maria Pimenta, o outro, Joaquim Veloso Filho, que também me ameaçou e me seguiu inclusive à noite, na estrada, em tocaias, e eu esperei ele sair e fui pra minha casa, e um outro que tinha apenas o nome de Rafael, que mandou recado também, eu só sei o nome dele de Rafael. E não foi só essa, essa foi contra mim, e outros e outras companheiros, porque os fazendeiros, em toda região, agiam como se eles fossem, tivessem, realmente eles tinham essa carta branca da Ditadura pra fazer isso, porque até hoje a gente não viu, e muito menos naquela época, via algum fazendeiro desse sendo punido ou sendo preso. E tem outros casos, que não é só porque... É ligado também ao sindicato, lá no nosso município, que vai até a beira do Rio do Jequitinhonha, aí sim envolve um agente público, o delegado de polícia, de nome Jânio, que até é muito amigo da época, de hoje, que tem terra até hoje em Bocaiuva, que hoje ainda é premiado, porque hoje ele é prefeito de Betim, o Senhor Vittorio Medioli, que causou grande prejuízo aos trabalhadores também lá em Bocaiuva por causa de garimpo, o garimpo manual, com as dragas dele, que fez o que fez com o Rio Jequitinhonha. E usando um delegado de polícia que fazia mais ainda, nas incursões dele, ele levava não só policiais, mas como detentos que estavam lá cumprindo pena, que era de confiança dele, ele punha uma arma na mão desses detentos e ia lá, e chegou a prender lá na roça trabalhadores e dar tiro dentro de casa e trazer preso, Dinamar Geraldo Lopes, que foi denunciado na imprensa na época aí, que sofreu a tortura desse delegado de polícia, Jânio Barros, que eu tenho informação que ele tá vivo até hoje lá em Belo Horizonte, e deve ser amigo do Medioli até hoje, que agia a mando dele. Trazendo preso o marido e a esposa, e deixando a esposa numa chapada à noite,

longe da cidade, e ela me ligou, assim que chegou em Olhos D'água, dizendo que o marido dela tava sendo conduzido preso arbitrariamente, e no outro dia, através de um habeas corpus, a gente pôde libertar esse moço, porque a prisão dele era ilegal e arbitrária, e as crianças ficaram sozinhas em casa. São tantas arbitrariedades que a gente via nesse município, lá em Bocaiuva e no entorno ali, né. Isso aí é preciso dizer, porque são muitas as outras torturas que a partir de um certo momento mudou os métodos, mudou até o comportamento, com a decadência inclusive da figura de fazendeiros, quando começa a aparecer as empresas, como Afrânio falou aqui. Vieram as carvoarias, os representantes dos grandes metalúrgicos, (trecho incompreensível) para fazer o desmatamento do cerrado. A violência, ela passou a ser mais invisível, porque era através de uma empresa, e combinou agora, não, foi depois de 88, mas continua morrendo, sim, trabalhador, como é o caso da Comunidade Cana Brava, de Antônio Joaquim dos Santos, um trabalhador assassinado por vigilantes da empresa V&M, que era alemã, que hoje já vendeu para, que era uma francesa, a Vallourec, assassinar trabalhadores. Não bastasse só tirar as terras, de deixar eles apenas numa beira de um pé de serra, ainda mata a bala, como já foi caso. E já se passaram quantos anos? Sete, oito anos. Nenhum inquérito sequer foi concluído, porque é contra uma empresa, ficou até mais difícil ainda fazer apuração desses casos do que quando era pessoa física. Hoje é dessa forma que a violência ainda continua, por isso ficamos tristes, sim. Como nós vemos, conversando com Nilmário ali fora, esse retrocesso que tá tendo no nosso país, dos direitos, do tanto que nós avançamos nos direitos humanos e agora vê, no momento o quadro político que nós estamos tendo hoje, vendo voltar para trás, dando mais fôlego, mais asa para a opressão continuar e a violência maior, que é essa de tirar direito dos trabalhadores e conseqüentemente é morte também, se não bastasse a morte por tirar direitos e tirar conquistas, de tirar vidas diretamente. Eu creio que nós teremos tantas outras oportunidades para estar discutindo, até porque isso, em outras audiências, inclusive na Assembleia Legislativa já foi falado também, aqui já é a segunda vez que nós estamos vendo aqui. Lá em Bocaiuva, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa já teve audiência pública na Câmara também, porque é uma das cidades que tem o índice grande de confrontos e de violações de direitos humanos e de violência contra trabalhadores. Eu acho que nós não vamos parar. Não é hora de parar, porque ainda tem muito a percorrer, ainda mais agora, quando nós pensávamos que tinha avançado, as coisas estão voltando para trás. É sinal que nós vamos ter que organizar mais ainda, se quisermos deixar o mundo melhor, uma cidade melhor, uma

Minas Gerais melhor para os nossos filhos, para essa geração que vem aí, porque, infelizmente, o que promete é uma reorganização da direita que nós estamos vendo aí, não à nível de Bocaiuva, de Norte de Minas, não! É do mundo! A gente tá vendo, até extrapolando um pouco, os Estados Unidos e outros países, o quê que eles tão fazendo, é uma reorganização da direita e é o momento agora de nós, a esquerda também se unificar, caso contrário nós podemos voltar, os anos de chumbo voltar. E talvez com a ilusão imediata do capitalismo, que mostra talvez que o mundo tá melhor, mas ilude os jovens e aqueles que são ignorantes da história, que não sabe o que se passou e que pode repetir, né. Eu não quero tomar tempo, porque tem outros depois de mim, e temos que discutir com vocês sobre isso daí. Mas um abraço a todos vocês, e espero que em outras oportunidades continuemos debatendo tudo isso aí. Muito obrigado.

ROBSON SÁVIO: Oh, Juarez, só um minutinho, como você foi mais do que disciplinado e só gastou 25 minutos, eu queria só te perguntar se você tem condições e interesse em falar, você citou questões relacionadas a agentes públicos e também empresas em violência contra os trabalhadores. Você poderia falar um pouco mais sobre essas questões ou o que você falou você já julga como suficiente?

JUAREZ TEIXEIRA SANTADA: Não. Dos agentes públicos, o período mais difícil foi esse, enquanto teve lá esse delegado chamado Jânio Barros.

INTERLUTOR NÃO IDENTIFICADO: Em Bocaiuva?

JUAREZ TEIXEIRA SANTANA: Em Bocaiuva. Agora, quanto à empresa, sim, porque não salva uma empresa, todas elas, e são muitas as empresas, sobretudo nesta área, que eu até recuso a dizer o nome “reflorestamento”, porque eles não estão reflorestando! Eles tão é detonando o que já tem, o pouco que tem. Então, no campo dessas empresas de eucalipto, fizeram todo tipo de violência, que mascaram a lei e falsifica. Então aparência, inclusive com acordos de, de algumas ações propostas pelo Ministério Público, de fazer de conta que cumpre, mas é muito grande. E a maior em Bocaiuva hoje é a Vallourec, que a crueldade é que na época, por exemplo, pegaram todas as terras e conseguiu, inclusive, legalizar essas terras. Hoje, dos dados que eu vi, levantados pela extinta Rural Minas, não sei hoje ainda é Rural Minas, Bocaiuva não aparece como terra devoluta, não aparece nenhuma. Agora, porque eles agiram tão bem junto ao poder legislativo estadual, que legalizaram toda as terras, inclusive a gente vê lá um processo hoje aí que é muito caro, que nós não temos acesso, que é, como é que chama isso? Esse que faz via satélite... Eles demarcaram tim-tim por tim-tim suas terras, mas os municípios vizinhos lá de Olhos D’água, por exemplo, onde também é base do nosso

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiuva e região, é onde que viviam o maior conflito, e que outras e outras empresas, a Gerdau e outras, que o nome eles mudam muito, e eu não preparei para pegar, atualizar, porque um dos nomes, uma das facilidades deles é isso, é mudar a nomenclatura. Todo dia é um nome, muda a razão social, então você não consegue acompanhar o nível, como é que eles fazem para criar uma empresa e destruir empresa. Mas a ação, ninguém nega, a gente tá vendo o dia a dia ali o que tá ocorrendo até hoje, né? E a ação mais desastrosa que a gente vê hoje é as consequências do meio ambiente, né? Um total desrespeito. No mapa, no cartório, tá tudo bonitinho, mas na prática, pelo amor de Deus! Então é preciso avançar também nisso que é uma das maiores violências que nós vimos aí, nesse sentido aí.

ROBSON SÁVIO: Muito obrigado então para o Juarez.

JUAREZ TEIXEIRA SANTANA: Foi um prazer. Obrigado.

ROBSON SÁVIO: Nós vamos convidar agora a Dona Paula Hermínia do Rosário Carmo, para que ela possa também dar o seu testemunho, porque logo na sequência ela vai ter que viajar.

PAULA HERMÍNIA: Bom dia. Boa tarde a todos, boa tarde à mesa. O meu nome é **PAULA HERMÍNIA** do Rosário Carmo, sou lá do quilombo de Bom Jardim da Prata, né. Na década de 70, 80, né, eu deveria ter uns 16 anos, mas eu lembro do que aconteceu, porque o meu pai trabalhou para esse fazendeiro, Dimas, né, que foi o grande fazendeiro que causou o terror lá, que foi com meus tios, né, Juca Batista, que o nome dele é José Batista do Nascimento, e a gente chama ele de Juca. E Adão Batista do Nascimento, que é irmão dele, e (trecho incompreensível) e Antônio Batista do Nascimento, que chamava ele de Antonão, né. Nessa época, na década de 70, ele levou o DOPS, e foi muito massacrado, foi muita humilhação para aquele povo naquela época, né. E que inclusive Marcelino, que foi, ele era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em São Francisco, e Doutor Afrânio, que foi o advogado deles, né, desse pessoal. Mas foi triste demais! O povo ficava todo mundo gritando, chorando, pegaram eles com uma crueldade, jogaram dentro do camburão, né, na época, eles falava, né, e meu tio, Juca Batista, ele comentou isso, e que foi muito triste, e até hoje a gente fica lá com aquele remorso. E o Juca, hoje ele teme, quando ele vai contar, contar pro pessoal, ele nem gosta de contar. Carlinhos esteve lá, pegou depoimento dele, mas são coisas assim, que muito triste, que eu queria que ele viesse pra cá, para comentar, contar o que ele passou, mas ele fica lá, lá no canto dele e não sai para dar este depoimento. Só que, que o nosso povo lá não tem paciência de ouvir as história de antigamente, esse fato que aconteceu

lá através desse Dimas, que foi o grande, maior fazendeiro que teve lá. E tem mais outros, mas esse foi o que comprava o nosso povo lá. Naquela época tinha aquele quarto (trecho incompreensível) e aquelas mão que nosso povo, o quê que ele fazia? Ele levava o caminhão de carne, de carne não, de ossos, e vendia lá pro povo. Quando não vendia, ele dava para os trabalhadores dele, né. Então foi muita humilhação mesmo nessa época, que esse pessoal foi preso lá, foi uma crueldade imensa, né, que Marcelino, ele se pôs lá, que ele era do sindicato, na frente daquelas armas pesadas lá, para poder defender esse povo lá, Né, que foi bem numa época de política, né, e que aí Marcelino, ele ia ser candidato a vereador. Aí tinha uma musiquinha bem assim: “não tenho enxada nem um título de eleitor para votar em seus fulanos editores, que nada fazem pelo pobre agricultor, que não tem terra pra fazer o seu roçado”, sabe. E aí tinha também, assim, a pessoa do Raimundo, que já faleceu, que é o marido da minha prima, que tá comigo, ele pegava os acordeão dele e rasgava e a gente cantando: “Não tenho enxada nem um título de eleitor”, né? Mas foi muito bom! Assim, né, bom porque na farinha que teve, mas o massacre foi grande, né, muito triste! A gente só via as mulheres chorando, os meninos, sabe? Eu não fui lá, não, mas o meu pai, eles contam pra gente. Que nessa época, eu tenho 54 anos, né, eu deveria ter uns 16 anos, 18 anos, né, mas eu lembro. Então, tem mais coisa, né, mas o que eu mais relata nessa década foi isso, né.

ROBSON SÁVIO: A senhora tem tempo para falar das outras coisas, se quiser.

PAULA HERMÍNIA: Tenho, né?

ROBSON SÁVIO: Tem.

PAULA HERMÍNIA: Então também aconteceu em 2005, quando a gente, descobrimos que era quilombola, né. Eu fui uma das fundadoras do quilombo, junto com uma prima minha, em 2005 teve um fazendeiro lá também, Carlos Henrique, tinha três família que morava na Beira da Prata, lá na Beira da Prata, que é uma água, é uma nascente muito linda que tem lá. Aí, o quê que ele fez para tirar essas três família de lá? Três família! Levou o exército! O exército pra tirar três família, e que nessa época nós tinha acabado de fundar o quilombo de Jardim da Prata, eu e a Gilmara, a gente, começamos a falar com ele: “pra quê levar o exército pra tirar três família?”, mas porque essas três família que lá estava morando era trabalhadores dele, sabe? Mas como eles tinha direito, né, do pedacinho de terra, e eles queria mandar eles embora sem direito a nada, aí ele resistiram lá. Aí tiraram ele de lá da margem da Prata, lá, e deu um pedacinho de terra mais pra frente pra eles, aí acusaram eles que eles tinha, que eles que tava desmatando a Beira da Prata, acabando com as caça, acabando com os peixe, né. E aí, mas só que

eles não saíram de lá, não. Até hoje eles reside lá, essas três família, né. E aí estão lá. Isso aí eu presenciei e vi, que foi em 2005, né.

ROBSON SÁVIO: Nesse evento que a senhora fez memória de 1960 e... O anterior, 67? Foi 67.

PAULA HERMÍNIA: Não, esse que eu tô contando...

ROBSON SÁVIO: Não, o anterior.

PAULA HERMÍNIA: 70, foi na década de 70.

ROBSON SÁVIO: Década de 70. A senhora sabe precisar qual ano que foi?

PAULA HERMÍNIA: Olha, eu não lembro. Era para mim pegar com o Marcelino...

ROBSON SÁVIO: Tá.

PAULA HERMÍNIA: Mas ele só falou comigo assim: “Paula, foi na década de 70”, década de 70, 80, sabe?

ROBSON SÁVIO: No caso teve algum relato de mortes ou não?

PAULA HERMÍNIA: Não, não. De mortes...

ROBSON SÁVIO: Foi violência física contra...

PAULA HERMÍNIA: É, foi violência física, de mortes não teve, não.

ROBSON SÁVIO: Tá. Teve a participação de algum policial ou foram jagunços? A senhora sabe desse tipo de...

PAULA HERMÍNIA: De policial, eu não tenho, mas jagunço teve, porque inclusive de um tio que era muito querido, que Deus o tenha, que ele já faleceu, que era o Tio Sinhozinho, ele era um dos capanga desse fazendeiro, do Dimas, sabe? Ele era uma pessoa boa, ele ajudava, sabe? Mas só que ele fazia o que o patrão pedia, né. Mas também lá teve, mas não teve morte, teve na Lagoa Bonita, onde que ele soltou os gado pra comer as roça do pessoal, né. Teve também lá na beira do rio, né, bem na beira de onde o pessoal morava, do lado do meu pai também, né, como ele comprou um pedacinho de terra e aí foi invadindo e fez ele vender a terra para o Dimas. Ele vendeu e de lá ele veio embora para São Francisco, né. E aí, abria a cerca e colocava os gado pra comer.

ROBSON SÁVIO: E essa comunidade é que recentemente, agora, foi reconhecida como quilombo?

PAULA HERMÍNIA: Como quilombo.

ROBSON SÁVIO: Essa mesma que sofreu violência então na década de 70?

PAULA HERMÍNIA: Foi.

ROBSON SÁVIO: As pessoas lá que presenciaram a história, ainda estão vivas?

PAULA HERMÍNIA: Tio Juca tá.

ROBSON SÁVIO: Tem uma pessoa que tá viva.

PAULA HERMÍNIA: Tem. João Batista, tem Marcelino, né.

ROBSON SÁVIO: Tá. O Marcelino, ele não pôde vir por que teve um parente que faleceu?

PAULA HERMÍNIA: Não entendi.

ROBSON SÁVIO: O Marcelino não pôde vir porque um parente dele faleceu, foi isso? Não, né?

PAULA HERMÍNIA: Não, não.

ROBSON SÁVIO: Ele não pôde vir mesmo porque...

PAULA HERMÍNIA: Ele, assim, eu não sei o que tá acontecendo com Marcelino, porque depois que a cunhada dele faleceu, mas já tem uns três, cinco dias já que faleceu, né.

ROBSON SÁVIO: Sei.

PAULA HERMÍNIA: Mas depois, assim, que, que o quilombo tá lá de cabeça pra baixo, né, e aí Marcelino tá assim, sabe, menino, afastou.

ROBSON SÁVIO: Tá certo. Então nós agradecemos a participação da Dona Paula Hermínia. Tá bom, Paula? Muito obrigado.

PAULA HERMÍNIA: Nada.

ROBSON SÁVIO: Nós vamos então passar a palavra para a professora Rosely Carlos Augusto, muitos de nós aqui a conhecemos, uma historiadora muito querida, e não somente pelo trabalho acadêmico dela, mas também pela luta ao lado dos trabalhadores rurais aqui dessa região. E aí, Rosely, como os companheiros anteriores foram muito econômicos, você fica à vontade pra falar. Deixa eu só perguntar ao rapaz da câmera, é possível ela falar por aqui? Pode falar? Ele vai só posicionar a câmera aqui. Tá.

ROSELY: Boa tarde, boa tarde a todas, a todos, boa tarde aqui de novo ao companheiro Robson, secretário Nilmário, aqui aos colegas, que foi esvaziando aqui, e agradeço muito o convite, todo mundo sabe da emoção que eu venho, que eu volto à região, principalmente em um momento tão histórico para a gente fazer prevalecer o direito à memória, à verdade sobre os crimes, sobre a violência que se abateu na região com a ditadura de 64. Eu queria também cumprimentar de um modo especial à Comissão da Memória, da Verdade do Grande Sertão, não vou citar nomes, para não ser injusta, mas é com muito respeito e admiração que vejo a iniciativa aqui da região para trazer à luz a invisibilidade e a injustiça que prevalece na região sobre o comando de agentes privados e públicos. Queria também cumprimentar os colegas aí da Comissão Pastoral da Terra, com quem eu trabalhei, militei aqui durante mais de 10 anos. Como disse o José

Francisco, a gente, aqui na região, vem com, volta e vem aqui com emoção, com paixão. Nós amamos muito o cerrado, São Francisco e as gentes daqui, né? Então, eu queria começar dizendo o seguinte: eu vou ler uma parte para poder encurtar o tempo, o Golpe Militar, civil e militar de 64, houve uma ação conjunta de militares e de latifundiários, que se abateu pesadamente sobre os camponeses e de modo especial sobre os posseiros. Aqui na região e em todo Brasil. Muitos foram os assassinatos. Conforme documento da Comissão Pastoral da Terra, entre 62 e 89, mais de 1.560 trabalhadores foram, lideranças foram assassinadas no Brasil. Apesar desses assassinatos terem sido, quase sempre, a mando de grandes proprietários, não se pode separá-los do clima geral de repressão que se abateu sobre os trabalhadores em nome da segurança nacional, do progresso, como muito bem falou aqui Juarez, Carlinhos, né, em nome do progresso, em nome de dizer que aqui não tinha gente, que aqui não tinha terra fértil, se fez as maiores atrocidades para alimentar alguns poucos fazendeiros e empresas, que em aliados com o estado, porque esse é o nexa, viu Carlinhos? A gente tem que lembrar que tem um nexa muito claro! Os trabalhadores rurais e os indígenas estão fora da lei de anistia, da lei de reparação desde 95. É claro que a partir de 2012, com a Comissão Nacional da Verdade, o GT, o Grupo de Trabalho dos camponeses, levantaram, levantou cerca de 1.196 assassinatos e conflitos agrários que deveriam, que teriam direito à memória e à verdade e à reparação. Mas, poucos, poucos foram deferidos e 602 foram excluídos. Em Minas Gerais, cerca de 75 foram, estão na lista, e na região cerca de 20. Eu vou depois listar os 20, né. Mas então um outro dado importante, já vou pulando alguma coisa aqui, mas é que a CPT tem levantado, desde 85, o mapa dos conflitos agrários, e tem mostrado que apenas 8% dos assassinatos no campo foram a julgamento, ou seja, o julgamento é responsabilização, não há um cumprimento da lei por parte do judiciário. A responsabilização daqueles que violam direitos, principalmente dos que dão ordens para os crimes, é fundamental. O poder do judiciário tem obrigação de penalizar quem viola os direitos. O julgamento de um responsável, de um mandante, é expressão literal da justiça, e isso precisa ser feito no Brasil como um passo para uma sociedade justa que garante direitos e a construção da identidade e de sentido de nação brasileira. Essa questão também tá colocada para a anistia, não é isso, Nilmário? Que é o nosso especialista aí na anistia, né. A questão de não se fazer justiça, porque nós temos as leis anistias que não pune, que não responsabiliza torturador, que foram permitidos também a pedir processos de reparação. Com isso, nós temos uma lei de anistia manca, e o julgamentos, a justiça no Brasil vai continuar manca se a gente não proceder aos três

direitos: o direito à verdade, à memória e à justiça. E aqui, você não ter nem julgamento, continua impunes, apenas 8% de 1.566 assassinatos no país desde 64, entre, na verdade, entre 62 e 1989. Bom, para o campo, o General Castelo Branco assinou a lei que criou o Estatuto da Terra, não é isso? Em novembro de 64, que junto com o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1961, foram responsáveis pela expulsão de mais de 32 milhões de pessoas do campo em duas décadas, ou seja, uma população inteira da Argentina foi expulsa do campo, em consequência da chamada “modernização conservadora do campo”, que foi patrocinada pela Ditadura. Aqui na região, Carlinhos já falou muito bem sobre como a Ditadura agiu, como o Estado intervuiu aqui na região, não é? Aqui na região, os projetos de modernização da Ditadura patrocinou a entrada violenta, de forma arbitrária, violenta do capital, apoiado na intervenção do Estado, através da incorporação da região na Sudene, com subsídios e indução à chamada “modernização do latifúndio”, com a entrega das terras devolutas às grandes empresas, como diz Juarez, não reflorestadora, né, desflorestadoras da região, de eucalipto, né, adoção de infraestrutura de estradas, pontes... Ao lado disso, disseminou uma ideologia de cerrados como uma terra arrasada, a não existência de população vivendo nelas pra implantar megaprojetos, como o Projeto Gorutuba, que expulsou 2.000 famílias de uma área de onde viviam há décadas, e o Projeto Jaíba, que a partir de 64 foi chegando de forma mais violenta e criminosa possível, matando e expulsando quem encontrasse pelo caminho, como o assassinato de Martinho Afonso, é o que aparece na primeira linha...

ROSELY: Em 1964, vou falar depois a data aqui, em Cachoeirinha, já em maio de 64, e gerou o massacre, ou a resistência, de Cachoeirinha, que foi depois de novo sofrer uma expulsão em 1967. É muito acertado que a Liga nos chame atenção pra resistência, porque em 64 eles iniciam o ser expulsos, né, eles resistiram, em 67 eles de novo foram expulsos, 212 famílias foram expulsas, 64 crianças, esse é um dado divergente, polêmico, foram mortos de fome ou de doença no mato. Então, isso para patrocinar já a entrada do Projeto Jaíba, que aliado ao Estado, no caso Rural Minas, o Estado ali agiu de forma extremamente autoritária, confundido o público com o privado, um coronel que tomou pra si o título das terras entrou com a força policial na área, ou seja, utilizou a força policial a seu serviço com um título na mão e expulsou 212 famílias, matou 64 crianças nesse evento. E depois abriu espaço para a Rural Minas titular, em nome de um agente público, que era o responsável pela Rural Minas, Senhor Moacir Lopes, que foi o, o Nilmário deve lembrar muito bem, de tantas CPIs que a Rural Minas sofreu, porque esse senhor tomou os títulos da terra pra si e começou a vender pra ele, e ele era o agente

público. Como que não tem nexos entre ditadura e o assassinato e a violência contra os trabalhadores? Então, deixa eu ler aqui, senão eu fico emocionada e me perco. Então a nossa companheira, Sonia Nicolau dos Santos, que fez o primeiro estudo sobre a área de Cachoeirinha, sobre o massacre, a resistência de Cachoeirinha, já em 85, eles resistiram de 67 até a década de 80 para conseguir a desapropriação. Ela diz o seguinte: “no dia 14 de setembro de 1964, um grupo de homens armados, onde se misturam policiais militares e pistoleiros, se apresenta diante dos agricultores para cumprir um mandado de manutenção de posse sobre aproximadamente 6.480 hectares de terra na região de Cachoeirinha, expedido pelo juiz de direito de São João da Ponte. Foram despejados 32 famílias de terra que ocupavam”, aqui eu confundi, é de 1964, foram despejadas 32, “eles estavam lá desde 1940”, o estudo do Joba, ele não mais por aí, né? Ele vai dizer ali da região também, da existência de um campo negro da Jaíba, aqui claramente hoje a gente teria ali um quilombo, uma comunidade quilombola na região, e em 67, então, eles retornam, data da implantação do Projeto Jaíba, ocorreu novo despejo com 212 famílias despejadas e a luta durou, resistiram mais de 20 anos. Eles só foram ter as terras desapropriadas em 1983, 84, né, parte da fazenda foi desapropriada, e nós não podemos considerar para os camponeses que desapropriação, assentamento é reparação, reparação de crime de lesa humanidade que eles sofreram, porque isso não é reparação, isso é uma política pública de democratização da terra, então eles têm que ser ainda reparados simbolicamente, psicologicamente e materialmente. Seis mortes entre a década de 60 e 70. Eu já falei né, 60 crianças. Cachoeirinha então, e o Projeto Jaíba é o exemplo da tradição autoritária do que a gente chama de “patrimonialismo”, ou seja, o poder usurpa do Estado para utilizar o Estado para seus interesses, foi o caso então do coronel, que eu já falei, né, que em nome do Estado ele tinha um título, com um título ele usa a força policial para entrar na área. Eu acho que depois das recomendações a gente pode conversar um pouco. Isso ainda precisa voltar pra ser indicado a Rural Minas como responsável, ser responsabilizado o Estado, não é? Por esses crimes na região, não só a Rural Minas. Então, o impacto do período da Ditadura no Brasil sobre o campo foram e ainda são bárbaros e ainda pouco estudados. Já falei que eles não foram nem incluídos na lei da anistia, foram excluídos como os indígenas. O Estado brasileiro tem cometido grave violação dos direitos humanos dos camponeses indígenas, e que têm sido excluídos. Bom, eu vou dizer aqui, eu já falei também desse processo de exclusão na lei de 1995, depois o Nilmário pode também esclarecer esse assunto melhor, e essa lista que foi feita em 1912, em 2012, ela utiliza de alguns critérios pra fazer essa listagem,

incluir essas pessoas para o direito à memória, à verdade e à reparação e à justiça. Então um dos critérios, a identificação dos casos se dá pela morte ou desaparecimento associado a lutas coletivas, pela posse da terra, por direitos trabalhistas ou direitos à associação e à organização. Como bem Juarez disse aqui, também sofreram muita repressão a organização dos trabalhadores, para não se organizarem, depois eu vou dizer um pouco desses casos. E não são casos isolados, configuram quase sempre processos encadeados de ameaças, sequestro, expulsão forçada da terra, espancamento, tortura, Dona Paula acabou de falar aqui, né, assassinatos de liderança, deslocamentos forçados de família e às vezes de comunidades inteira. Quase rodos assassinatos por agentes privados, fazendeiros, latifundiários, jagunços, capatazes, pistoleiros de aluguel, guarda armados de fazenda e outras formas de polícias privadas. Eu vou dizer um pouco então da relação de 22 conflitos. Eu vou incluir também alguns da região Noroeste e vou dizer porquê. O primeiro plano nacional de reforma agrária, de 1985, ele divide o estado por microrregiões e sobretudo regiões de microbacias. Então o médio São Francisco que aparece no primeiro plano nacional de reforma agrária, 1985 com o presidente Sarney, inclui no médio São Francisco então parte do Noroeste, então também inclui aqui na lista parte do Noroeste, que faz divisa aqui, eles estão na bacia no médio São Francisco, né. Então essa relação, falta alguns casos, eu não tive tempo de levantar nem um pouco mais de dados. Alguns casos estão citados nesse documento da Comissão Nacional da Verdade, outros casos a gente tem nas relações aqui da Comissão Pastoral da Terra nacional, Comissão Pastoral da Terra aqui do Norte de Minas. A gente preparou hoje de manhã uns documentos pra Comissão poder levar pra Belo Horizonte, ou, não, vai tirar xerox, a Comissão que vai tirar xerox pra levar. Eu trouxe também alguns, algumas fotos, que depois a gente pode ver. Bom, o primeiro assassinato então, ele não foi, tá na lista mas não se recorreu, não fez o requerimento de anistia, de reparação, é do Martim Afonso então, de Cachoeirinha, praticado por um agente privado. Eu não incluí também na lista Saluzinho, depois eu acho que é um caso à parte, ele também não tá nesse critério. Saluzinho, uma perseguição, uma resistência individual, persistente, né, então eu acho que ele merece um caso depois pra ser estudado separado, então eu fiz, dentro dos critérios de lutas coletivas, lideranças e apoiadores da luta dos trabalhadores. Valdivino Gonçalves de Oliveira, assassinado em 1972, na Fazenda Curral das Varas, em Bocaiuva, acho que Juarez pode confirmar isso aqui, uma liderança. O Praxedes Ferreira da Silva, 28/10/78, sobrinho de Eloy Ferreira da Silva, foi assassinado em 78 pelo mesmo agente, né, Antônio Luciano. Ele também foi do

sindicato, acho que a Paula pode me confirmar, acho que na diretoria, o Praxedes tava na diretoria do Marcelino. Patrocino Caldeira, 1979, Fazenda Riachinho, Montes Claros. Paulista, só diz Paulista, 1983, Fazenda Laço Grande, em Unaí, também por um agente privado. José Celestino de Souza, 19/7/1984, em Rubelita, na Fazenda Galanto. Geraldo Gonçalves de Oliveira, assassinado em novembro de 1984, o Juarez já citou ele aqui, Geraldo Gonçalves de Oliveira, assassinado pelo fazendeiro médico José Maria Brant, e nesse momento o Juarez, como outros, entra pra lista dos marcados pra morrer na região. Eloy Ferreira da Silva, 16/12/84, então assassinado na Fazenda Serra das Araras, né, ele era o presidente de São Francisco, durante muitos anos ele foi ameaçado, tiravam a cerca dele, ele punha a cerca de novo, Antônio Luciano mandava um jagunço, punha a cerca de novo, ele tirava a cerca, né, e ele foi assassinado então em 16/12/84, tem fotos aqui então do dia da morte dele, do enterro dele, em dezembro de 84. Acho que... Foi a mando, os jagunços foram José Mendes e Paulo Leonardo, o Afrânio já citou aqui, a mando então do fazendeiro Antônio Luciano. O Eloy, não era, a gente tem que falar muito e lembrar dele, simbolicamente a região e o Estado como fez o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, deu o nome dele para a gente não esquecer e nunca mais acontecer, não é, gente? Ele era um presidente do sindicato muito especial, um amigo muito especial. Eu aprendi com ele a ler pelos olhos dos lavradores a bíblia, e ele tinha uma coisa que a gente tem que aprender: as nossas organizações não têm fronteiras! Ele dizia: “o sindicato não tem fronteira”, quando qualquer delegado de um outro município chamava atenção, e era assim na Ditadura, não podia fazer delegacias de base, não podia ir num outro município organizar os trabalhadores, ele dizia: “sindicato não tem fronteira! Onde tiver um trabalhador, uma trabalhadora sendo injustiçada, lá está o sindicato”, eu acho que a gente tem que aprender isso! Não tem, nossas organizações, nossa luta não tem fronteira. Durvalino Soares dos Santos, também posseiro, foi assassinado junto com o seu companheiro, Minorvaldo, Minalvo Pereira da Silva, dois posseiros da Fazenda Gravatá, em Porteirinha, em 9 de maio de 1985. Aqui tem uma, a gente tem na Pastoral da Terra, hoje eu não consegui achar, as manifestações feitas pelos sindicatos de Janaúba e Porteirinha, ou seu João, não, esqueci o nome, João Barros? João Pica-Pau, eu lembrava do João de Barro, mas não lembrava do pica-pau... Então, foi feito isso em 27 de março de 85, mas eles foram assassinados em 9 de maio de 85. Uma questão, eles eram posseiros, o fazendeiro queria que eles saíssem e ele não saiu, eles resistiram e foram mortos pelo fazendeiro. Moacir da Silva, 4 de abril de 85, trabalhador rural, assassinado a tiros na cidade de São Romão, Riachinho, Município

de São Francisco, morto pelos pistoleiros por uma questão de reivindicação salarial que ele não aceitou. Júlio Rodrigues de Miranda, nós conhecemos, né, em 6/10/1985, na Fazenda Riacho dos Cavalos, na comunidade Mandiocal, em Bonfinópolis de Minas, o pai de Cidinha, onde moravam 11 posseiros, constantemente, desde 72, constantemente ameaçados, colocavam veneno nas suas criações, colocava fogo na plantação, punha o gado na plantação, e o próprio fazendeiro, Senhor José Boaventura, foi lá numa manhã, às 05h00min, do dia 6/10 e assassinou o Senhor Júlio e feriu Dona Cipriana, que ainda hoje guarda a bala no seu corpo. O Geralda Alves da Silva, de Mato Verde, dia 22/11/85, também assassinado pelo fazendeiro. Benedito de Melo Peres, 23/2/85, Fazenda Boa Sorte, em Paracatu. Valter Gonçalves de Carvalho, 25/1/86, Fazenda Buritizeiro, em Paracatu, um agente privado, fazendeiro. Osvaldo Fernandes de Oliveira, maio de 86, Várzea da Palma, um trabalhador, foi assassinado por questões trabalhistas também, pelo agente, pelo fazendeiro. Pedro Antônio de Oliveira, 3/1/86, em Salinas. João Antunes da Silva, 14/8/86, em Janaúba. Ângelo dos Santos, esse é um caso muito exemplar, que a família deveria ser procurada, um menino de 12 anos assassinado pelas costas, recebeu um tiro na nuca pelo pistoleiro, pela milícia privada da Belgo Mineira, porque ele foi pegar uma lenha pra fazer comida em casa, e aí na comunidade chamada Barra do Guaicuí, Fazenda Araras. Hermes Bispo da Silva, 67 anos, 15/4/1988, posseiro, hoje a gente iria, o Jóba talvez pudesse me confirmar, ele seria identificado como um quilombo, quilombola gorutubano. Monte Azul, Jaíba. Se você conhece a Fazenda Poço da Vovó, né, ali na divisa, também consequência do crime que chama Projeto Jaíba. Ali era um barril de pólvora, expulsou os sem-terra para colocar médios empresários, para vender pra fazer agricultura para exportação. Destruiu a última mata seca, o último resquício de mata seca que nós tínhamos ali naquela ponta, na divisa com Manga, tudo isso com a anuência, a omissão do Estado através da Ruralminas, da Codevasp, do IEF. O mandante do Hermes Bispo, Pedro Trindade Filho, e os autores Júlio Ferreira da Silva, Julião, Manoel Batista da Silva, Manoelão e Zinho. Joaquim Soares da Silva, 4/1/88, Coração de Jesus, também assassinado pelas reflorestadoras ali de Buritizeiro, Coração de Jesus e Pirapora. Eu incluí aqui Donato Cardoso, ele já é de 89, porque eles, Fazenda Mimoso, também assassinado pela milícia do Antônio Luciano, nove pistoleiros entraram na fazenda, fazendo o que eles sempre faziam, cortavam o curral, veneno para a criação, fogo na plantação, fogo no paiol, e matou Donato Alves Amaral, deixou ele jogado lá. Nós tivemos lá Luiz Chaves (trecho incompreensível) uma semana antes, os pistoleiros rondaram, até que a gente teve que ir embora, eles atiravam pra cima, dizendo que não

podia fazer aquela reunião, e a gente ficou lá até à noite, à noite fomos embora e uma semana depois Donato Alves Amaral foi assassinado então pela mão armada de Antônio Luciano. Eu incluí aqui Valdeci Alves Amaral, eu não sei se ontem ele foi à Cachoeirinha, ele está em Verdelândia, no assentamento Boa Esperança, Valdeci. Valdeci ainda está no assentamento? Ele esteve em Cachoeirinha ontem? Ele voltou? Ele, junto com Juarez... Ele ainda está lá? Fazenda Boa Esperança? Como é que chama lá hoje? Eles deram outro nome depois do assentamento, para a fazenda. Ele também estava na lista marcado pra morrer junto com Juarez. Teve que fugir, deixou a família dele com crianças pequenas, em casa sozinho para a gente ter que esconder, saiu para Belo Horizonte. Então essas coisas também têm que vir à luz, né. Eles também têm que ser reparados, essa memória tem que chegar para as novas gerações, as escolas têm que contar essa história, né? Nós temos que levantar monumentos na cidade para contar a história dos trabalhadores rurais e a história de violência que eles viveram na Ditadura e continuam vivendo, como bem o Carlinhos chamou, chamou atenção, não é? Então, esses são 22 conflitos agrários. O primeiro plano nacional de reforma agrária chama atenção para 150 conflitos no Estado, e cerca de 70 na região Norte e Noroeste. Aqui, 22 assassinatos em conflitos agrário, entre Norte e Noroeste. Eu gostaria que a gente, antes de passar pra frente, que a gente fizesse um momento de silêncio por esses 22 assassinatos, e a gente lembrasse que eles estão presentes, presente. E essa não é uma, casos isolados, não eram casos fortuitos de um repente de em uma briga entre fazendeiro e liderança, ele ser assassinado. Eram casos planejados, sistemáticos, selecionados. E era uma organização, uma matança organizada, por isso que a gente tem que responsabilizar a Ditadura e os agentes privados e o Estado, porque eles criaram, inclusive, uma organização criminosa, chamada União Democrática Ruralista, UDR, que agia organizadamente para matar, divulgava uma lista de marcados para morrer! E o Estado? Onde estava o Estado? Onde estava o Estado? Onde estava o Estado na hora que entrava, durante as ocupações, a ação da Polícia Militar e a ação da Polícia Civil? Eu tenho aqui pra mostrar, 1985, uma reocupação de resistência de Cachoeirinha, vocês podem ver aqui, as crianças, a Polícia Civil entrava, eu estava lá nesse dia, chutava, aqui ó, crianças comendo, a Polícia Civil chegava chutando o prato das pessoas, queimando, derrubando os barracos na ocupação pra eles não ocuparem. Onde estava o Estado? Uma Polícia Civil com ação de Polícia Militar, reprimindo, não sei se naquele momento era, isso era confuso ainda, né, Nilmário? Ditadura... Mas sem um mandato judicial, sem um mandato! O fazendeiro tomava, era delegado ao fazendeiro a ação da justiça. Ele

podia, a pedido dele a Polícia Civil ir lá e chutar e queimar e prender. Então isso é uma responsabilidade, isso só é possível se o Estado for de exceção, no estado democrático, espera, esperamos, né? Esperamos que isso não possa acontecer, não é? Então chegava a Polícia Civil, isso é 1985... Não, desculpa, eles foram desapropriados, Cachoeirinha, 1982, 83, a Liga. Pessoal da Liga aí. É 1982 a primeira desapropriação ou 1983, né? Essa ocupação aqui então deve ser de 1981, 80, essa reocupação que eu estou mostrando aqui nas fotos. Foi uma desapropriação do Estado, né? Tancredo Neves que desapropriou a área, mas até chegar lá, né, até 1982, desde 64 eles estavam resistindo. Isso não acabou depois de 82, não é? A pressão, a falta de uma política de assentamento e de reforma agrária. Nós não temos uma política de reforma agrária nem mesmo de assentamento nem nos últimos 15 anos no Brasil! O primeiro plano nacional de reforma agrária, de 1985, Sarney. Aqui é primeira área desapropriada é de 1989, ainda na Ditadura, na virada. Foi um processo inclusive assinado pelo Figueiredo, ainda, mas que foi efetivado em 89, na saída dele. Então é uma ação deliberada, sistemática e organizada com a conivência, a omissão, no mínimo a omissão, e a conivência conjunta do Estado com os agentes públicos. A Polícia Civil e Militar exerciam, juntas, a ação de repressão, muitas vezes sem nenhum mandato judicial, como eu já relatei aqui. E por outro lado, esses dados de conflitos também mostram a existência aqui de um foco de resistência contra a Ditadura, né, como os companheiros já chamaram atenção, como o Juarez pôs. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região, são todos de 78, 75, depois, diferentemente de outras regiões, mesmo do estado, e do Brasil, os sindicatos daqui nascem depois de 70, e contra, uma resistência contra a Ditadura, o autoritarismo, a violência do estado e o avanço da modernização conservadora do capitalismo nessa região, que naquele momento, e continua sendo assim hoje, não é mesmo, Carlinhos? Uma área de expansão de fronteiras para a mercantilização de terras e de bens naturais. Mas eu queria relatar também, além de assassinatos e mortes, mortes, outras ações de repressão do Estado e dos fazendeiros na região: o Juarez já relatou aqui, no dia da criação do sindicato de Bocaiuva, não é? Eles assassinaram um trabalhador, tentaram impedir a criação, depois tentaram impedir a oposição, eles tentavam impedir as reuniões do sindicato, não era possível fazer reuniões nos sindicatos. A repressão sobre a criação de funcionamento das delegacias de base, os sindicatos tinham delegacias de base, eles infiltravam pessoas, colocavam Polícia Civil e Polícia Militar para vigiar a reunião da delegacia de base, e convocava, quando, o Senhor Antônio Inácio vai poder relatar muito isso, tem no meu livro, o relato de Antônio Inácio, ao chegar no sindicato, o juiz ou a

delegacia de polícia convocava para esclarecimento, o quê que eles estavam fazendo lá naquela comunidade, porquê que tava criando uma delegacia de base, porquê que estavam discutindo o conflito com fazendeiro. Então eles eram constantemente vigiados, né. A perseguição e ameaça de lideranças, incluindo a lista de marcados para morrer, já falei sobre isso, e mesmo a Comissão Pastoral da Terra, individualmente nós sofríamos pressão aqui, eu sofri muitas vezes. Em 1987, os fazendeiros, a sociedade organizada aqui dos ruralistas, jogavam bilhete na casa da gente, porque nós estávamos lutando contra o crédito, não sei se você lembra disso, Nilmário, em 1987, o perdão do crédito fundiário. Tinha uma seca muito grande, os trabalhadores do algodão, muitos suicidaram por causa da dívida, e a gente denunciava que estava sendo perdoado as dívidas dos fazendeiros e não dos agricultores familiares, né. E por causa disso a gente sofreu muita ameaça, muita pressão, muitos bilhetes de ameaça enviados à casa da gente, né? Bom, aí eu queria dizer, eu já disse um pouco sobre algumas recomendações, não é? Além da memória e da verdade que precisa vir à luz no relatório, em um relatório publicamente divulgado, massivamente divulgado, que chegue às escolas, eles podem e devem ser orientados e reparados, simbolicamente, psicologicamente, muitos sofreram pressão psicológica, ainda têm os filhos, os filhos de Senhor Júlio, Dona Cipriana, teve que ser internados por mais de uma vez em hospital psiquiátrico, não é? E o caso de Cachoeirinha, eu acho que, eu sei que a Comissão não tem como pegar talvez 22 casos ou mais, mas eu acho que um caso simbólico, como Cachoeirinha, deveria ter uma reparação individual ou coletiva. O quê que significa uma reparação? Eu sei que indenização, ela é questionável, né? Paga o que? 64 crianças mortas? Que dinheiro paga isso, né? Seis, Sete pessoas assassinadas na área, desses 64, de que? Nada paga isso monetariamente. Mas eu acho que hoje no assentamento, eles podem ser reparados, sim, com alguma indenização individual ou coletiva para as famílias, né. Eles mesmos vão saber dizer algo sobre isso. E simbolicamente, a Comissão Nacional de Anistia, a Comissão da Verdade poderia fazer um ato de reconhecimento público do Estado, por esses crimes cometidos, simbolicamente a gente pode usar, pode ter Cachoeirinha, mas simbolicamente estão todos esses casos, né. A família de Jader, a família de Adão, de Calixto, de Sula, acho que todos eles já foram. Adão não? Mariinha, né, já foi, mas estão lá os seus filhos, seus netos... E recomendar responsabilização do Estado, indicando órgãos como a Rural Minas, a Codevasp, a Sudene, o IEF, a Polícia Militar, a Polícia Civil como patrocinadores e coniventes com a violência e o autoritarismo na região. Fazer uma relação dos mandantes e jagunços que cometeram crimes de lesa humanidade, na

região, como Antônio Luciano, Coronel Georgino Jorge dos Santos, José Mendes, Paulo Leonardo, as reflorestadoras. Eu acho que todos esses deveriam ser listados, se eles não são punidos, porque a lei não permite ainda, mas pelo menos eles devem ser citados como responsáveis. Bom, pra terminar, já passou? Hoje, o companheiro falou comigo: “mas a Ditadura não acabou.” De fato, a Ditadura não acabou, né. Eu acho que a gente tem que colocar em discussão lá nas nossas comunidades, aqui, em todos os lugares, que os resquícios, que a herança da Ditadura está presente diariamente entre nós. Na tortura que ainda existe nas prisões. Quando foi que foi preso os nossos companheiros do Brejo do Crioulo? Né? Crime político! Nas políticas de segurança pública, nas práticas políticas e eleitorais, a herança da Ditadura está aí, na relação, vou dizer “prostituída” que existe entre o privado e o público, como Carlinhos já falou aqui, entre as empresas, os donos do poder e o Estado, nós vimos aí nas denúncias das tais JSB, como é? JBS, né? Uma relação espúria, né? Do Estado, do privado com o público. E, sobretudo, na criminalização dos movimentos sociais e da luta, que é, hoje nós podemos presenciar isso, não é? A criminalização dos movimentos populares é uma das primeiras estratégias para a construção de toda ditadura, na tentativa de rebaixar o debate de assuntos claramente políticos, procura-se retirar legitimidade de quem luta, de quem está absolutamente sem direitos, sem outro argumento além da mobilização. A saída é submeter ou submeter, é isso que se coloca quando criminaliza e quando prende uma liderança, como tem sido feito em São Paulo, Belo Horizonte, uma liderança de ocupações urbanas hoje. Práticas, são práticas vigentes hoje, em todos os municípios a gente tá vendo, e eu acho que isso a gente não pode esquecer nesse debate sobre a Ditadura. Ela está presente, ela não acabou. E nós temos que continuar lutando para que nunca mais aconteça, né. Que a gente não esqueça e nunca mais aconteça. Mas antes de terminar, eu queria só chamar aqui ainda a presença de dois companheiros que faleceram recentemente, Carlinhos já lembrou de Alvimar, dois grandes companheiros que lutaram junto aos posseiros na região, um é Alvimar Ribeiro dos Santos, grande companheiro, e o Eduardo Arantes do Nascimento, todo mundo conhece, o Eduardo Pelé, presente, presente. Eu queria dizer, não vou ler, não, mas está no meu livro, tem uma passagem em que Alvimar diz, narra pra gente, em 1982, no ato político de Cachoeirinha, estavam lá presentes, não sei se Nilmário estava, mas estava Durval, o Padre Toninho, foi um ato para pressionar o governo Tancredo Neves fazer a desapropriação no nível do Estado, e a repressão baixou feio lá, parou os ônibus no caminho, revistou todo mundo, tomou máquina fotográfica, bíblia, tudo que encontrava

pelo caminho, né. E Alvimar relata, eu não vou ler, é bem grande, para encurtar, ele disse que foi aí que ele toma consciência de que o mundo, de que o Brasil, de que a sociedade era dividida, porque até então ele achava que todos os padres estavam a favor dos mais oprimidos, dos reprimidos, dos pobres... Que a polícia, ele trabalhava na construção civil nesse momento, no quartel, construiu o quartel aqui de Montes Claros, que a polícia estava do lado dos pobres, estava do lado do povo. Ele falou: “lá eu tomei consciência de que tinha lados.” A polícia tinha lado, os padres tinham lado. Por que que uma manifestação que era a favor daqueles que estavam sendo assassinados, reprimidos, sofrendo tamanha injustiça foi toda cercada, toda! Toda praça cercada! Acho que tinha mais polícia do que manifestantes, não é? Então é uma passagem muito bonita, realmente é onde a gente toma consciência, no momento de um ato, na luta, na organização. Então, com isso, eu queria pedir desculpa pela demora e também pela falta de outras informações que eu queria levantar, nós não tivemos tempo, eu não tive tempo de chegar mais cedo na região, fiz muita coisa de memória, não dá pra lembrar tudo. E queria agradecer e dizer que tô muito emocionada de estar aqui, que esse é um momento histórico e que deve continuar, que a Comissão do Grande Sertão deve alimentar essa discussão, ir atrás dessa reparação para que nunca mais aconteça!

ROBSON SÁVIO: Agradeço muito à **ROSELY** por esse belo depoimento, com muitos dados e informações, e ela também tem sido uma colaboradora da nossa Comissão em Belo Horizonte, nós temos tido um diálogo constante e ela tem também nos presenteado com muitos documentos. Aliás, o Luiz Chaves foi dito, o nome dele foi dito aqui várias vezes hoje e eu quero informar que nós já colhemos vários depoimentos dele, e o último inclusive eu coordenei, foi um depoimento de três horas, muito detalhado sobre toda, inclusive sobre esse evento do cerco policial com uma riqueza muito grande de detalhes, e obviamente tudo isso, é importante que as pessoas entendam que tudo que a Comissão da Verdade aqui de Minas tem apurado em termos de documento, vídeos, áudios, tudo ficará disponível de forma eletrônica e presencial no nosso Memorial de Direitos Humanos a partir de março do ano que vem, né. É uma luta específica do Nilmário que nós estamos apoiando demais da conta, e nós queremos muito que isso fique pronto realmente no início do ano, porque ano que vem, esperamos, é ano eleitoral, né? Se não tiver um novo golpe dentro do golpe, né? Então, em ano eleitoral nós precisamos fazer com que as coisas sejam realizadas bem no início do ano, então o Nilmário está de parabéns, e esse material vai ficar lá. Antes de passar a palavra então para a nossa última depoente, que é a Dona Vina, eu queria convidar aqui, teve um

convidado que ele não foi chamado no início, que é o Adão Gregório, da Liga dos Camponeses, que também vai dar o depoimento. Ele está presente? Tá. Então ele pode chegar aqui, tá? Eu vou pedir então a Dona Vina para dar o depoimento dela, nós ainda temos mais ou menos uns quarenta minutos. Depois, entre a senhora e o Senhor Adão e depois nós vamos abrir o microfone para os que estão presentes aqui. A senhora quer falar aqui perto de mim, Dona Vina? Ou lá? Pode ser aqui? Eu por enquanto não estou mordendo, pode vir aqui para perto. Vai ficar bom para o rapaz ali da câmera que está...

VALDIVINA DIAS BATISTA: Eu sou Valdivina Dias Batista, do Município de Fruta de Leite, do movimento geraizeiros, e boa tarde para vocês. Eu hoje, eu vim, quero falar com vocês sobre a história de uma firma que entrou no nosso Município no ano 70. Ela entrou lá no ano 70, a gente tava tão distraído daquilo naquela época, que a gente achava que era uma coisa muito boa, e no mesmo instante eles vieram prometendo muitas coisas boas para a gente. Então eles chegaram, destruíram aquelas terras que a gente tinha, a gente vivia numa vida abundante, uma vida feliz, uma vida cheia de amor entre a natureza. Mas quando a gente chega àquele momento, eles prometendo muitas coisas, começou a atrapalhar e destruir as terra. Eu sei que naquela época eles destruíram 16.000 hectares de terra na nossa região, nos anos 70, e a gente esperando que aquilo ia ser bom, mas de repente, com uns quatro anos que foi passando, aquilo só virou derrota, aquilo só virou sofrimento! As água foi acabando, as fruta que a gente tinha naquela região, os passarinho descia da chapada... E destruía tudo! Que nas chapada não existia mais nada. Aquelas pessoas que vivia queimando lenha, que não dava conta de comprar gás, ia pegar um garranchinho naqueles lugares, eles corriam atrás deles com revólver, com pancada, a gente via criança machucada, e naquilo a gente foi vivendo aquela vida miserável, que a vida nossa acabou. Aí foi passando esses anos, o eucalipto cresceu nesses 16.000 hectares e a gente foi vivendo, vivendo, vivendo e o governo tinha passado um contrato para aquelas firmas de 24 anos. 24 anos. Os 24 anos acabaram ali em 2004, por aí, e aí que a gente foi pra cima, né? Já que a firma venceu contrato, a gente puxou no cartório lá em Salinas, e soube que afirma acabou o contrato, mas elas já queria fazer novos, já não era contrato, elas já queria tomar as terra de verdade mesmo. Com 24 anos. Queria tomar as terra e foi fazendo documento e foi, a gente foi sabendo de noticinha, tititi pra aqui, tititi pra acolá, e a gente foi vivendo essa vida, e a gente começou a ir pra cima. Desta hora em diante, eu fiquei mal vista. Muitas vezes nem sair de casa a gente pode, até hoje. A gente ficou mal visto, porque se saísse eu, meu filho, meu marido, meus companheiro, porque nós era umas 60 família que

lutava, que comecemos lutar, eles ameaçava, né? Aí que a gente foi lutando. Mas eles começou a comprar alguma fazenda aqui, uma fazenda acolá assim, e aquelas fazenda e foi as retificação de área, né? E conseguiram fazer o documento da terra. Um polícia passaram lá e pegaram assinatura do povo e levaram para um advogado em Salinas e aquele advogado pegou e fez um documento para a firma, antes era Rio Doce e (trecho incompreensível) e depois venderam pra Meneghetti, né. Venderam pra Meneghetti as terra. Eu tive com ela uns 9 meses atrás, em Belo Horizonte, lá na secretaria, ela disse que tem documento, tem 97 documento, que a terra é deles, e aí que a gente foi vivendo essa vida, e até hoje a gente está nesta vida difícil. Essas polícia pegou essa assinatura, na época eu fiz uma ata, acionei, eu sou diretora do (trecho incompreensível) né, era e sou até hoje, chamei o (trecho incompreensível) fizemos uma reunião no dia 15 de julho de 74, por aí, fiz uma ata, fiz o policial assinar nesta ata, eles assinaram. Mas mesmo assim eles conseguiram. Então hoje a gente vive essa vida lá, diz que o Incra vai fazer os documentos pra gente, mas até hoje não saiu. E a vida continua nessa dificuldade, de a gente não ter terra. Na época, isso foi no ano 70 que eles tomaram, fizeram essa procuração com o governo e foram plantar, eu morava em uma terrinha de herança do meu pai, e aí naquela época a gente compramos uma terrinha, conseguimos comprar uma terrinha. E essa terrinha, até hoje nem documento eles tinham, tá com 32 anos que a gente vive nesta situação. Quando foi agora no ano de 2015, no dia 15 de fevereiro, eles falaram, que eles não conseguiram matar ninguém até agora, mas agora nós não vamos matar mais, venceu o tempo. Botou um fiscal da firma, dessa mesma firma, que nessa época ele entrou, aposentou já de fiscal, e mandou na minha casa, pôs fogo na minha casa, queimou carro, queimou tudo que eu tinha! Queimou curral... Só não queimou o gado, porque o gado pulou cerca. Queimou tudo! Acabou, acabou com tudo que eu tinha. Só restou eu e o meu marido que tem 72 anos, eu com 65 e meu filho cardíaco e um deficiente, porque nós tava na igreja. Então a situação da gente é essa e eu não tenho muito o que falar, porque eu também não sou boa pra falar, né? Então, mas a gente vê que a luta de antes que tinha, ainda continua, gente. A minha situação não é brincadeira. Às vezes eu saio de dia de domingo, tenho que ir pra igreja, eu não vou viver sem a minha igreja mesmo, que é minha mãe, mas os meus filhos, precisa ficar alguém em casa, a gente nunca mais pôde ter aquela vida que a gente teve antes. Então, muito obrigado, era só isso que eu ia falar, viu?

ROBSON SÁVIO: Dona Valdivina, só explica para a gente, se a senhora puder, qual que é o município?

VALDIVINA DIAS BATISTA: É Fruta de Leite, Novo Horizonte.

ROBSON SÁVIO: As terras ficam entre Fruta de Leite e Novo Horizonte?

VALDIVINA DIAS BATISTA: Novo Horizonte.

ROBSON SÁVIO: Tá. E o nome das empresas, a senhora já falou, a empresa original que chegou lá, como é que ela chamava?

VALDIVINA DIAS BATISTA: Na época foi Rio Doce e Foscalma.

ROBSON SÁVIO: E hoje está em nome de qual empresa?

VALDIVINA DIAS BATISTA: Hoje é Meneghetti.

ROBSON SÁVIO: Tá. E nessa época que houve a primeira tentativa de expulsão, tinha, foram jagunços, foram policiais? O quê que a senhora lembra?

VALDIVINA DIAS BATISTA: Na época mesmo não foi, não, mas quando nós começou a agir, porque eles achou que nós achava que estava tudo bem, que estava tudo legal, né? Então eles também estava tranquilo, que a gente estava tranquilo, mas depois que nós começou a agir teve jagunço, queimou máquina, levou um dia nós pra troncamento, nós foi em 22 pessoas e puseram nós no camburão, levaram, e queriam que nós deposse três pessoas, nós pôs o pé no barranco, nós ia depor era os 22, eles tinha que ouvir as 22 pessoa, não só 3. Aí puseram nós no camburão, levaram para a cadeia, mas lá não tinha onde cabe nós tudo, né. Punharam nós durante dois dias num salão e lá nós ficamos. Nós ficou lá esses dias e depois nós saímos, fomos embora. Depois queimou máquina, depois queimou carro, queimou tudo pela beira das estradas e fez uma derrota. Aonde via uma mutirãozinha de gente que era nossa, ali eles ia pra fazer qualquer coisa, nem que fosse um velório.

ROBSON SÁVIO: E isso aconteceu somente com a família da senhora ou mais famílias?

VALDIVINA DIAS BATISTA: Mais família.

ROBSON SÁVIO: A senhora lembra mais ou menos quantas famílias?

VALDIVINA DIAS BATISTA: Tem a família do meu amigo Orlando, que ele foi levado a mulher dele, a filha dele, tudo algemado para cadeia, atoa, sem fazer nada! Chegava de manhã cedo, 06h00min, e catava eles e levava.

ROBSON SÁVIO: Alguma outra família que a senhora lembra o nome?

VALDIVINA DIAS BATISTA: Se tem, eu não me lembro agora.

ROBSON SÁVIO: Tá certo. Então nós agradecemos muito também o depoimento da Dona Valdivina Batista, Dias Batista. Muito obrigado. Pode ficar Dona Valdivina, pode ficar, tem problema não. Eu vou passar a palavra agora então para o Adão Gregório, que é de Manga e da Liga dos Camponeses, para que ele também possa fazer as suas

considerações. Se você quiser, Adão, pode utilizar esse microfone aí nessa mesa. Se você quiser também ficar aqui não tem problema. Como nós estamos com o tempo corrido, eu vou te dar 20 minutos, tá ok? Aqui, ó, vem perto de mim que tem um microfone. Chega aqui, fica mais fácil para o rapaz lá da câmera pegar.

ADÃO GREGÓRIO: Boa tarde. Eu queria nesse momento saudar todos os companheiros presentes, companheiras, jovem, autoridades presentes, a mesa coordenadora deste evento, desta reunião, e pedir licença, que a gente tem um faixa, a gente queria estender a faixa aqui pra ficar exposta, para os companheiros poderem vir, e falar o seguinte: eu não tenho muito relato, assim, muito conhecimento relacionado à Ditadura Militar da época. Eu queria simplesmente usar esse tempo pra falar da luta pela terra, dos movimentos sociais atualmente. Eu queria aqui parabenizar todos aqueles que me antecederam. Quando a companheira fala que emociona, todos nós, companheiras, emocionamos muito com a luta do nosso povo, com a luta do campesinato, com a luta do camponês pobre, a luta do indígena, a luta do quilombola, a luta do pescador, a luta do extrativista, que nós, representante do movimento camponês, nos qualifica como uma luta só. Que essa corporativização, que o governo tem tentado fazer, a gente vê que isso nos divide, e a nossa luta, ela não pode ser dividida, ela tem que ser unificada. Então todos aqueles que antecederam suas falas aqui, resumindo, a história é tudo de persistir, resistir em cima do pedaço de terra para poder produzir e matar a fome de seus filhos. Nenhum camponês tem a ganância de se produzir e adquirir fortuna, mas, sim, matar a fome dos seus filhos e ter uma vida digna, ter direito à saúde, ter direito ao lazer, ter o direito de ir e vir, direito à educação, é isso! Isso é o essencial. E no entanto, nós vemos desde a invasão dos portugueses ao Brasil é que o nosso povo luta! O povo luto tem lutado! Os indígenas lutaram na época que estava sendo invadido o Brasil. Foram e continua sendo muitas lideranças mortas. Os quilombolos que vieram e que sofreram todo esse período no Brasil, ele sempre lutou e sempre pensava na sua libertação. Os camponeses pobres, os posseiros, sempre lutou e continua lutando. Então queria, aqui, agradecer a todos os companheiros que antecederam e que falaram, que todos nós, todos, nos emocionamos muito em saber que esse povo não quer além daquilo que é o necessário para viver dignamente. E ainda hoje, companheiros, continua essa ditadura sobre o campesinato, sobre o povo pobre. Porque quê que a insegurança na cidade grande tá do jeito que tá? Hoje, o Brasil, por ano, mata mais do que os países que estão em guerra, e falam que nós vivemos uma democracia! Um país de direito! E quem é que morre, companheiros? É camponês que vivia no campo e que suas terra foram tomado e

que muitos dele foram expulso e foram para a cidade, e que lá não teve condição de se profissionalizar, e que a família, os filhos tá ali porque foi tomado o espaço dele no campo, lá ele não tem direito a uma faculdade, ele não tem direito a um emprego, o quê que chega nele mais rápido? É a droga, é o álcool. E por isso a cidade tá inchada do jeito que tá, tá entupida do jeito que tá! Tantas morte acontecendo, é porque os filhos daquelas pessoas que moram na favela é bandido? Não é, não. É o único lugar que eles ainda têm condição de se esconder, é ali. De morar. Sem um pingo de dignidade. Então eu queria falar aqui pros companheiros dessa situação, essa questão. E quando nós falamos dos crimes que foi cometido, companheiros, dentro do Regime e que vem acontecendo até hoje, nós tamo falando pra isso não cair no esquecimento! Nós não estamos falando pra perdoar, que essas pessoas devem ser perdoadas, porque continua! Esse projeto continua. Então nós temos que dar um basta nisso. E como que nós vamos conseguir dar um basta nisso? É nós nos organizando, é nós nos unirmos, é nós entendermos que nós não podemos deixar nos dividir da forma que têm tentado nos dividir, que problema de quilombola é de quilombola, que problema de pescador é de pescador, que problema de sem teto é de sem teto... Não! Nós somos uma classe! E essa classe é a classe que mais sofre, é a classe que é explorada! Existe o que domina, existe os dominado, e nós somos essas pessoas que são dominado, e nós têm que nos organizar pra sair dessa situação. Tá aqui, companheiros, é o que tá acontecendo agora recém...